

cada vida importa

Relatório do primeiro semestre de 2018 do Comitê
Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência



realização:



apoio:





2018.1

cada vida importa

Relatório do primeiro semestre de 2018 do Comitê
Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

realização:



apoio:





A Assembleia de mãos dadas contra a violência

Deputado Zezinho Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

A Assembleia Legislativa tem contribuído fortemente para a melhoria da segurança pública no Estado do Ceará. A atuação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) é parte desse trabalho, que está alinhado também com a campanha Ceará Sem Drogas; realização de audiências públicas sobre o assunto; visitas periódicas do secretário de Segurança Pública, André Costa, para prestação de contas das ações da Pasta com os representantes do povo; aprovação de leis e projetos enviados pelo governador Camilo Santana, autorizando concursos, compra de equipamentos, e melhorias no plano de cargo e salários dos servidores que atuam no setor; e realização de Seminário Internacional de Segurança Pública, evento que promoveu troca de conhecimento entre os principais estudiosos do tema no momento.

Em pouquíssimo tempo, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência se tornou referência em termos de pesquisa voltada para a área, tanto no país quanto fora dele. Inicialmente, criado por esta Mesa Diretora juntamente com o ex-deputado Ivo Gomes (ex-presidente do colegiado) e o deputado Renato Roseno (relator), o CCPHA avançou na sua primeira etapa de pesquisa mapeando as mortes nos principais centros urbanos do Estado. A parceria com o UNICEF foi fundamental nesse processo. Ano passado, o esforço do Colegiado rendeu frutos: 12 recomendações para reduzir essa verdadeira epidemia de mortes em uma faixa de idade tão jovem da nossa população.

O trabalho foi apresentado em dezenas de municípios cearenses. A cidade de Horizonte, por exemplo, oficializou um comitê executivo municipal de prevenção de homicídios de adolescentes, o segundo no Estado, após a capital, Fortaleza. Também inspirado na experiência cearense, o estado do Rio de Janeiro criou, neste ano, comitê similar para prevenção dessas mortes. A repercussão foi imensa nas redes sociais, sobretudo pelo apoio de inúmeras personalidades e autoridades brasileiras. Esses são apenas dois dos diversos exemplos que poderia citar aqui, todos frutos do trabalho realizado pelos membros do CCPHA e do apoio dos 46 deputados desta Casa Legislativa.

Outra importante iniciativa foi a criação de um canal direto com a sociedade para facilitar a troca de informações com a população: o portal de notícias www.cadavidaimporta.com.br - que atualiza os avanços dos estudos promovidos pelo Colegiado.

O Comitê também tem participado das atividades de mobilização do Selo UNICEF na Capital e Interior do Estado, incorporando recomendações para prevenção de homicídios, que devem chegar a 176 municípios cearenses.

O trabalho de pesquisa do Comitê foi um dos destaques no Seminário Internacional de Segurança Pública, realizado no início de junho deste ano. Mais de 80 palestrantes e convidados debateram sobre o tema e visitaram o stand montado pelos profissionais do Comitê. Acadêmicos, profissionais de segurança e autoridades puderam conhecer a experiência cearense mais de perto e se impressionaram com o estudo.

É a Assembleia mais uma vez fazendo a sua parte para a construção da cultura de paz e da segurança cidadã no país e no Estado, com a efetivação do direito à Segurança Pública aos cidadãos brasileiros.

Prevenir homicídios de adolescentes é dever ético para toda a sociedade

Deputado Renato Roseno

Relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

A violência que temos vivenciado cotidianamente no Ceará nos apresenta um dilema ético: estamos perdendo nossos adolescentes – a geração mais jovem – de maneira brutal. No primeiro semestre de 2018, 514 meninos e meninas foram mortos violentamente no Estado. Apesar de essas mortes avançarem para o Interior, elas ainda se concentram predominantemente em poucas cidades: dos 184 municípios cearenses representam 70% desses homicídios.

Nós, do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), temos defendido que prevenir as mortes na adolescência nas cidades que apresentam “sinal de alerta” é uma ação capaz de reduzir a curva dos homicídios em todo o Estado. No Seminário Internacional de Segurança Pública sediado na Assembleia Legislativa cearense em junho, assistimos a pesquisadores de diferentes estados do Brasil, a exemplo do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, e de outros países, como Colômbia, defenderem a inversão das prioridades da agenda da segurança pública: prevenir em vez de apenas reprimir.

Ex-secretário de Cultura de Medellín, Jorge Melguizo apresentou, no seminário, as principais estratégias adotadas na cidade colombiana que levaram a uma queda vertiginosa dos homicídios nos últimos 20 anos. O ex-gestor apontou ações territoriais, abertura de escolas em tempo ampliado, investimento robusto em projetos de educação e renda para a juventude e a aproximação com a sociedade civil. Precisamos disputar esse discurso padrão que vincula a agenda da segurança pública a ações de ostensividade, principalmente nos territórios mais vulneráveis.

Durante o ano de 2018, a expansão da violência para cidades menores levou gestores públicos e representantes da sociedade civil de diversos municípios a procurar o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência em busca de saídas para enfrentar essa escalada de homicídios que atinge cada vez mais pessoas com menos idade.

O agravamento desse cenário ganha características cruéis: as meninas

estão no alvo dessa violência letal. Pelo segundo ano consecutivo, os homicídios de adolescentes do sexo feminino crescem mais de 400% na Capital Fortaleza, rompendo a média histórica nacional das mortes de mulheres, que não ultrapassam 10% do total de homicídios.

Diante de um cenário que nos desafia, é preciso fortalecer nossas lutas pela vida da juventude. Com esse propósito, professores, estudantes e sociedade civil deram corpo ao Movimento Cada Vida Importa, do qual participamos ao lado de pesquisadores e militantes da área da infância e juventude de mais de 20 entidades. Organizado de forma independente, o Movimento tem realizado seminários e atividades para promover o debate, dentro e fora dos muros das universidades, sobre a preservação da vida da juventude, especialmente negra e periférica.

O momento é de reunirmos esforços pela prevenção de homicídios. Nosso estado não suporta mais essa dor. Em novembro de 2018, a Chacina do Curió – que vitimou 11 jovens mortos, nove dos quais adolescentes, por agentes policiais na Grande Messejana – completa três anos. Em memória a esse triste episódio, aprovamos, por iniciativa do nosso mandato em articulação com o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, a lei 16.482, de 2017, que institui a Semana Estadual de Prevenção aos Homicídios de Jovens no Calendário Oficial do Estado.

A lei prevê que o poder público, em parceria com movimentos sociais, promova debates e atividades diversas contra o assassinato de jovens. Realizada de 12 a 17 de novembro deste ano, a I Semana pela Prevenção de Homicídios de Jovens evidencia o tema Cada Vida Importa. A programação do evento – resultado de parceria entre CCPHA, instituições governamentais e sociedade civil – traz debates e manifestações artísticas e culturais sobre prevenção aos homicídios no nosso estado.

Precisamos agir – de forma rápida e eficiente – para que tragédias como essa não se repitam nunca mais. Devemos lembrar que a construção de políticas públicas para a juventude perpassa o diálogo com os jovens negros e moradores da periferia, pois são o público que mais convive com a violência cotidianamente. Esses jovens se organizam, em diferentes territórios, para produzir cultura e arte como forma de resistência.

Agradecemos o apoio e compromisso do presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Zezinho Albuquerque, do UNICEF e de todos os nossos parceiros que militam pelos direitos da infância e juventude. O nosso desejo mais sincero (e que pauta as nossas ações) é de que toda a juventude cearense tenha o direito de viver e chegar à vida adulta com oportunidades e dignidade plena.

.....



Homicídios de
meninas
crescem mais de
400%
em Fortaleza pelo
SEGUNDO ANO
consecutivo

VIOLÊNCIA
contra jovens
migra de
CIDADES GRANDES
para
MUNICÍPIOS MENORES

Mortes de
adolescentes
REDUZEM **15%**
na Capital

108
PESSOAS
mortas por
Intervenção
Policial
no Ceará 
(de janeiro a maio)

20%
dos adolescentes
assassinados
em Fortaleza
são do sexo
feminino

514 adolescentes
(entre janeiro e junho de 2018)
assassinados
no Ceará

22
cidades do Ceará
registram
homicídios 
DE MENINAS
no primeiro semestre
de 2018

10
municípios concentram
70%
DOS HOMICÍDIOS
de adolescentes
no Estado

2.758 pessoas foram
assassinadas
de janeiro a julho
no Ceará

Prevenção de homicídios na adolescência requer esforço coletivo

O **COMITÊ CEARENSE** pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) assumiu o compromisso de mobilizar gestores públicos e sociedade civil contra as mortes de adolescentes em um contexto de escalada de homicídios no Ceará e nos demais estados do Nordeste, agravado pela hiperviolência, que se concretiza pela prática de tortura e excessiva crueldade no ato do homicídio. Esse cenário tem chegado de forma acentuada a um público cada vez mais jovem: adolescentes com menos de 14 anos e até crianças.

Com base nos dados divulgados regularmente pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), houve discreto recuo de homicídios no Estado no primeiro semestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, um fenômeno crescente tem gerado preocupação: mesmo em uma conjuntura de retração de mortes, os homicídios de meninas dispararam mais de 400% em Fortaleza pelo segundo ano consecutivo.

Nos sete primeiros meses de 2018, a equipe técnica do CCPHA e o relator do Comitê, deputado Renato Roseno, foram largamente convidados por gestores de diferentes municípios para dialogar sobre medidas de prevenção de homicídios de jovens nessas cidades. O que se percebe, em análise aos dados da SSPDS, é uma redução de mortes na Capital Fortaleza, mas os assassinatos migraram para outras cidades, como Maranguape, que passa a estar entre os cinco municípios do Ceará com maior número de homicídios na adolescência.

Demandado pelos municípios, o Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência participou de audiências públicas, seminários e reuniões para debater estratégias com foco em ações territoriais na prevenção de homicídios de adolescentes. Após dois encontros com a equipe do CCPHA, a Prefeitura Municipal de Horizonte oficializou, em maio, a criação de um comitê municipal para prevenir assassinatos de meninos e meninas, o segundo instituído no Estado. Em 2017, a Prefeitura de Fortaleza também lançou um colegiado municipal.

Incomodados com a crescente taxa de violência letal na juventude cearense – que atinge especialmente jovens negros e moradores da periferia – professores, estudantes e o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência lançaram o Movimento Cada Vida Importa, representado hoje por mais de 20 entidades, incluindo o CCPHA, instituições de ensino superior (IES) e organizações da sociedade civil.

No primeiro semestre de 2018, o Movimento realizou quatro seminários – em diferentes universidades – para debater estratégias de prevenção de homicídios por meio de diversas abordagens que perpassam o problema, como racismo institucional e políticas orçamentárias.

Programa que dialoga com a recomendação do CCPHA de atendimento às vítimas de violência, a Rede Acolhe completou um ano de atividades na Defensoria Pública do Estado e inaugurou uma parceria com o curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) para garantir atendimento psicoterápico a famílias que perderam parentes vítimas de homicídio. Formada por uma equipe multidisciplinar – sociólogos, psicólogos, assistentes sociais e defensores públicos –, a Rede Acolhe tem o propósito de evitar a revitimização.

Nesse contexto de hiperviolência vivenciado no Estado, somado às expulsões de famílias dos territórios comandados por grupos armados, faz-se imperativo o fortalecimento de programas de acolhimento às vítimas de violência com o intuito de prevenir homicídios, bem como a sofisticação das iniciativas de proteção a adolescentes e jovens ameaçados de morte.

A experiência cearense também tem gestado iniciativas em outros estados. Em maio, o Rio de Janeiro oficializou o Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes, com apoio de 22 instituições. Com foco inicial de atuação na Capital, o Comitê terá linhas de ação complementares, inspiradas na experiência do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Em 2017, o deputado Renato Roseno participou de

audiência na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para apresentar o trabalho do colegiado cearense.

O aprofundamento da violência letal no Estado é atravessado por diferentes fatores, como a sensação de impunidade vivenciada por quem perdeu familiares e amigos assassinados. Em sintonia com a 12ª recomendação do CCPHA, que trata da responsabilização dos homicídios, o diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) do Ceará, Leonardo Couto, orientou os delegados titulares do DHPP a priorizar investigações dos homicídios de crianças e adolescentes. O ofício circular foi protocolado aos delegados no fim de julho.

No Seminário Internacional de Segurança Pública promovido pela Assembleia Legislativa, em junho, a experiência de redução de homicídios na Colômbia, especialmente em Medellín, foi apresentada com destaque na programação. As estratégias expostas pelos palestrantes estão estreitamente relacionadas às medidas de prevenção defendidas pelo CCPHA, como ações territoriais e geração de renda para a juventude, qualificação dos territórios e ampliação da oferta de atividades em escolas e projetos sociais, inclusive com funcionamento desses equipamentos aos fins de semana e em horários estendidos. No mesmo encontro, a equipe do CCPHA participou de um fórum para debater ações de prevenção da violência letal na juventude.

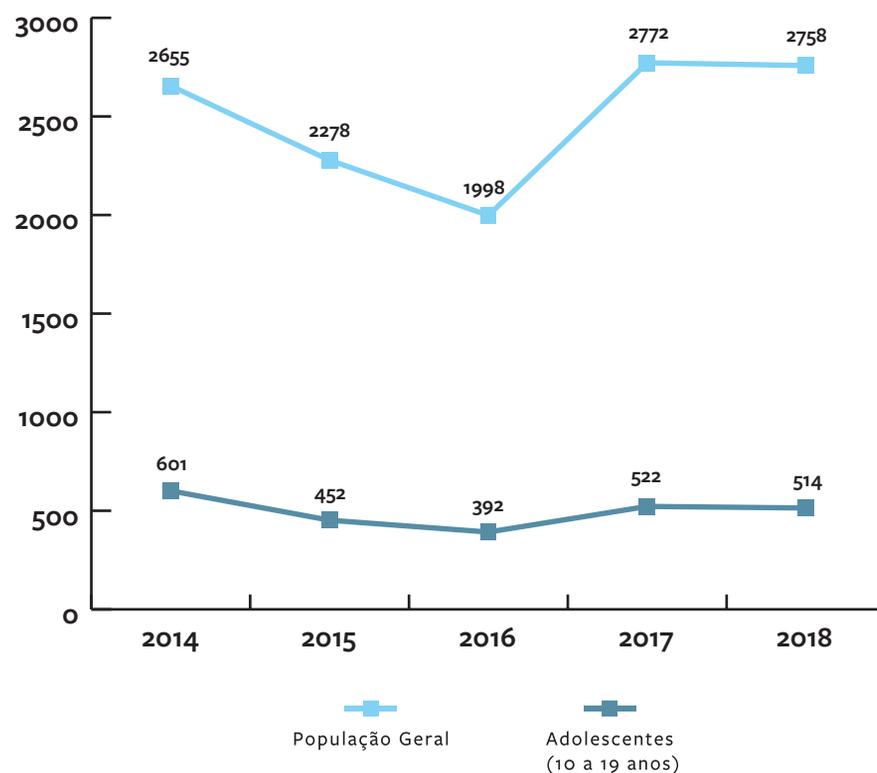
Nos últimos dois anos, o Comitê tem dialogado intensivamente com representantes do poder público e com atores e atrizes da sociedade civil que fortalecem a mobilização cotidiana pela garantia de direitos de crianças e adolescentes. A equipe do CCPHA acredita na política pública com base em evidências. É preciso definir e priorizar esforços – além de orçamento público e decisão política – para que todos os adolescentes tenham a oportunidade de acessar a vida adulta, sem a interrupção de seus sonhos, trajetórias e planos de maneira brutal e precoce.

Dez cidades concentram 70% dos homicídios de adolescentes no Ceará

A PARTIR DO levantamento dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) divulgados no site da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), constata-se que houve redução desses homicídios na Capital, mas um aumento em outras cidades menores, especialmente da Região Metropolitana de Fortaleza. Dos 514 homicídios de adolescentes no Ceará de janeiro a julho de 2018, 70% ocorreram em 10 das 184 cidades do Estado. Em Fortaleza, 189 meninos e meninas de 10 a 19 anos foram mortos nos sete primeiros meses de 2018.

Em 2016, na pesquisa de campo do CCPHA que deu visibilidade às trajetórias desses jovens assassinados, os dados apontavam que o mesmo percentual

GRÁF. 1. Mortes da população geral e dos adolescentes no Ceará (janeiro a julho)



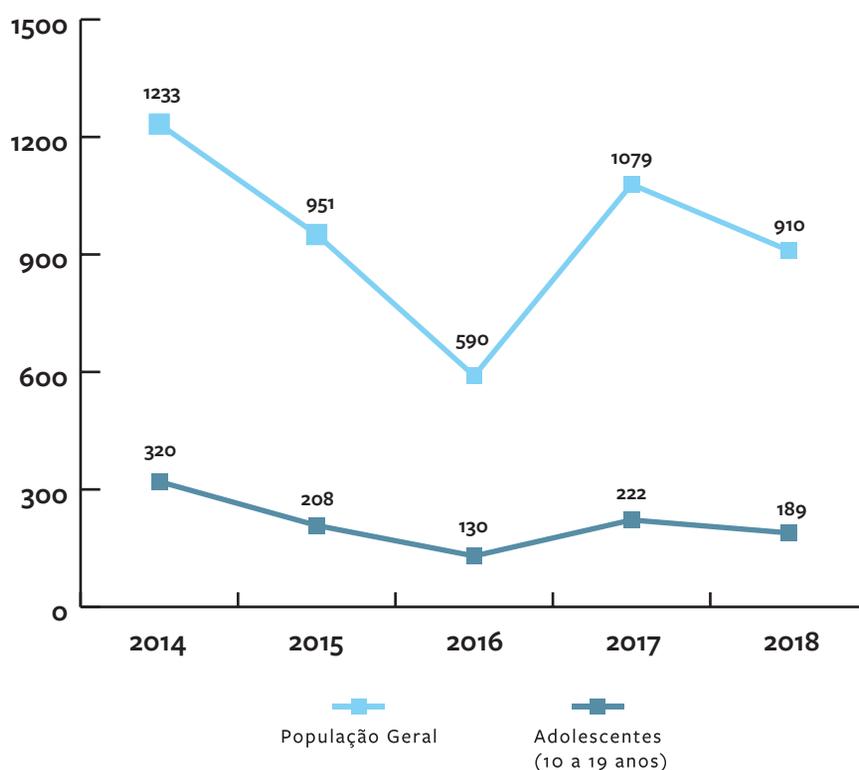
estava concentrado em sete municípios: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte, Eusébio e Horizonte. Se a pesquisa fosse aplicada novamente, considerando os dados de 2018, outros municípios seriam incluídos na lista.

Em Itarema, o número de homicídios de meninos de 10 a 19 anos saltou de três, de janeiro a julho de 2017, para 10 no mesmo período de 2018. Os moradores de Maranguape também presenciaram uma considerável alta da violência: as mortes de adolescentes subiram de 13, nos sete primeiros meses de 2017, para 19.

Ainda de acordo com o Atlas da Violência – produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública – o Estado do Ceará teve um aumento de 122,8% na taxa geral de homicídios no período de 2005 a 2015, saltando de 1.699 para 4.163. Em termos proporcionais, o ano de 2017 já supera essa marca, com 2.772 em apenas sete meses, indicando uma tragédia anunciada para os próximos meses.

O Atlas da Violência lista, ainda, três municípios cearenses entre os 30 mais violentos do Brasil: Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. O documento também aborda o recorte de raça dessas mortes, ressaltando que, de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. “O perfil típico das vítimas fatais permanece o mesmo: homens, jovens, negros e com baixa escolaridade”, aponta o estudo. Para entender o impacto social dessas mortes, o pico da taxa de homicídio na década de 1980 se dava aos 25 anos no Brasil. Atualmente está em torno de 21 anos.

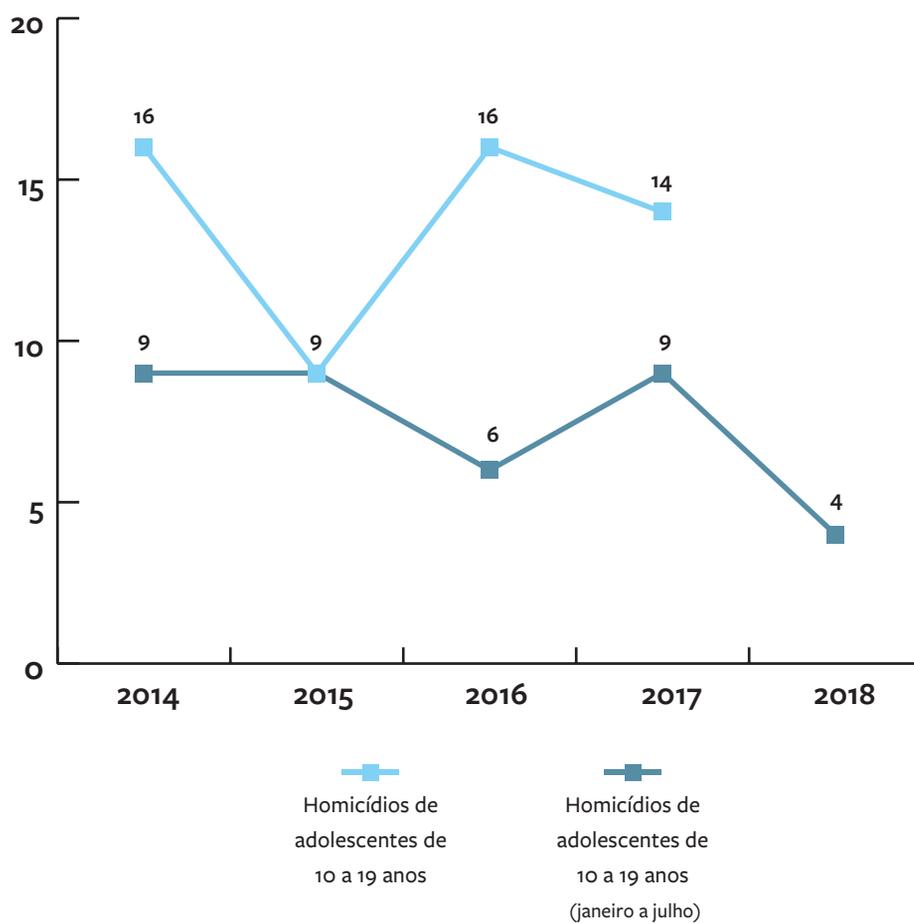
GRÁF. 2. Mortes da população geral e dos adolescentes em Fortaleza (janeiro a julho)



Cinco municípios apresentam redução de homicídios

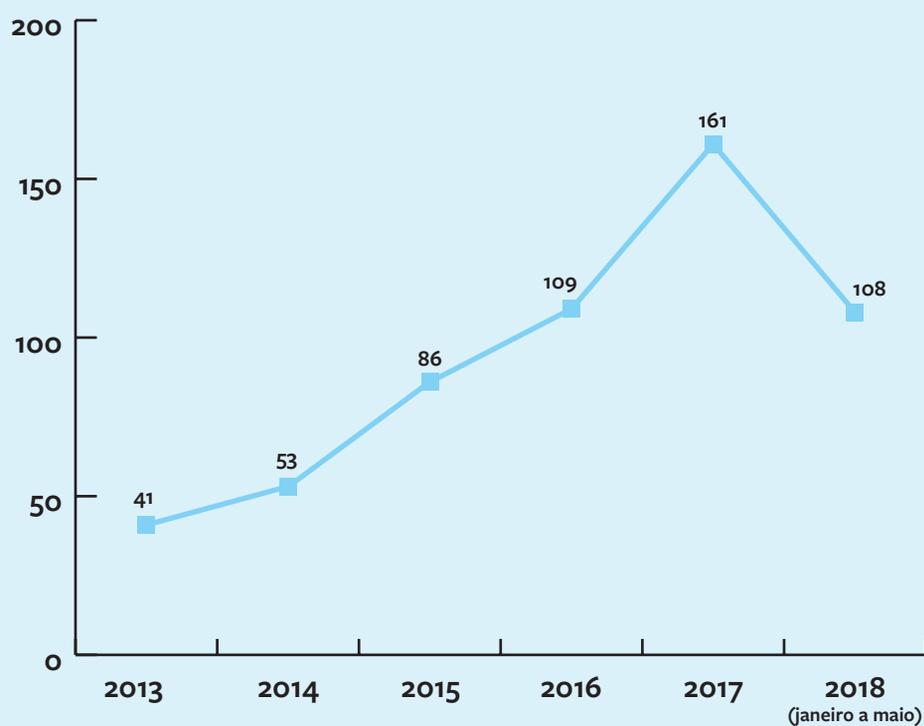
Dos sete municípios cearenses investigados na pesquisa realizada pelo CCPHA em 2016, cinco apresentaram declínio no número de homicídios de jovens de 10 a 19 anos: Eusébio, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral. O município do Eusébio – que saiu de nove mortes, de janeiro a julho de 2017, para quatro em 2018 – é o que demonstra maior consolidação de queda, pois foi o único entre as sete cidades incluídas na pesquisa Trajetórias Interrompidas que havia sinalizado para uma redução de homicídios de 2016 para 2017. Os dados de Juazeiro do Norte também chamam atenção: 10 meninos foram mortos de janeiro a julho de 2018 frente a 24 no mesmo período de 2017, indicando queda significativa.

GRÁF. 3. Eusébio - Homicídios de adolescentes.



Mortes por intervenção policial continuam subindo

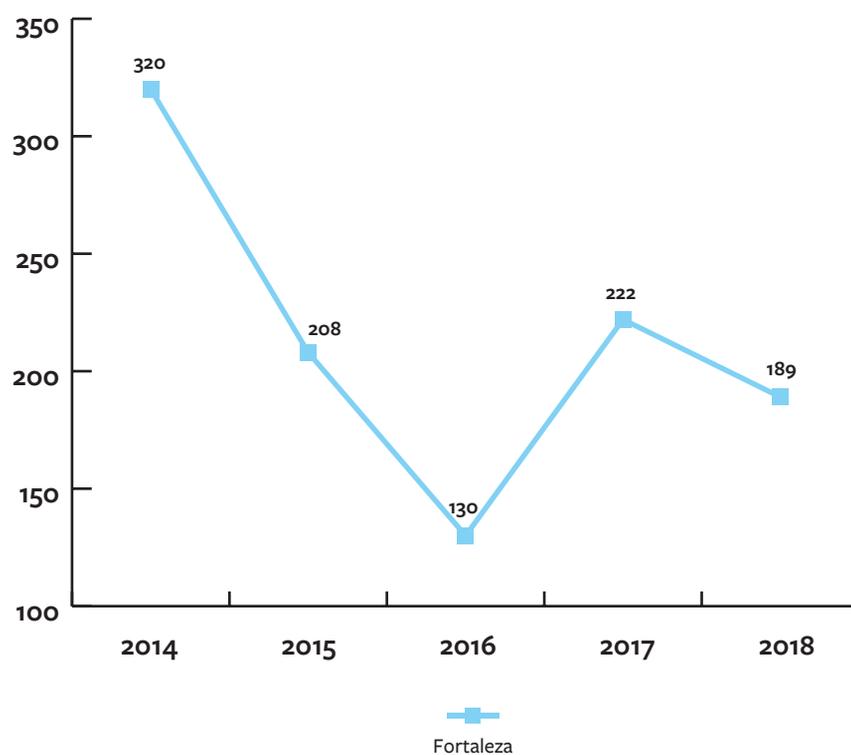
O aprofundamento da violência letal no Estado nos últimos anos impactou diretamente o número de mortes por intervenção policial. De janeiro a maio de 2018, 108 pessoas foram mortas em intervenção policial: 17 tinham idade entre 12 e 17 anos e 45 estavam na faixa etária entre 18 e 24 anos. Em 2017, o total de mortes chegou a 161. Para se ter um comparativo, durante todo o ano de 2016, as mortes por intervenção policial somaram 109, apenas uma a mais do que em cinco meses de 2018.



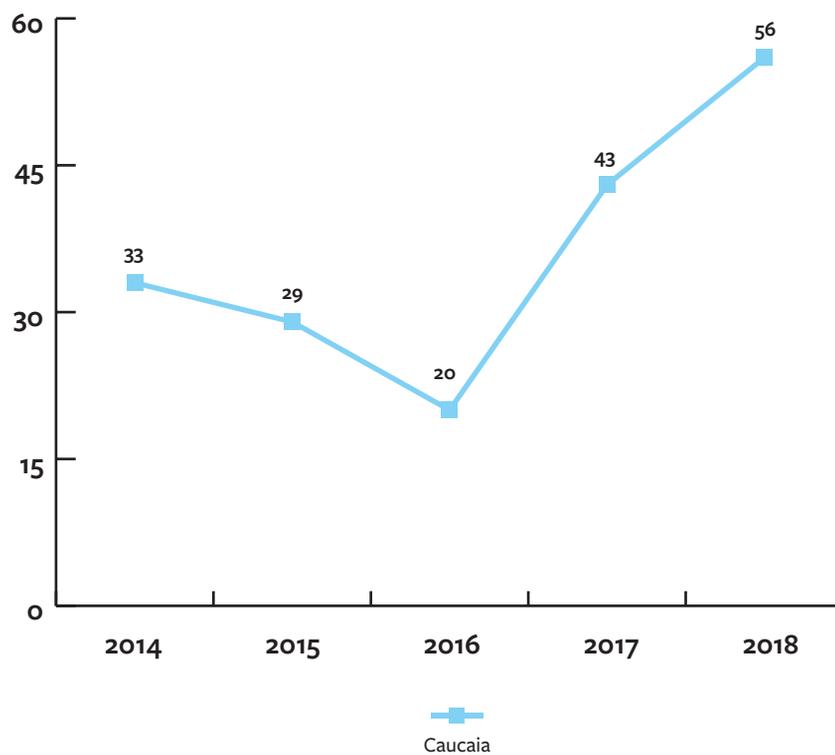
GRÁF. 4. Mortes por intervenção policial

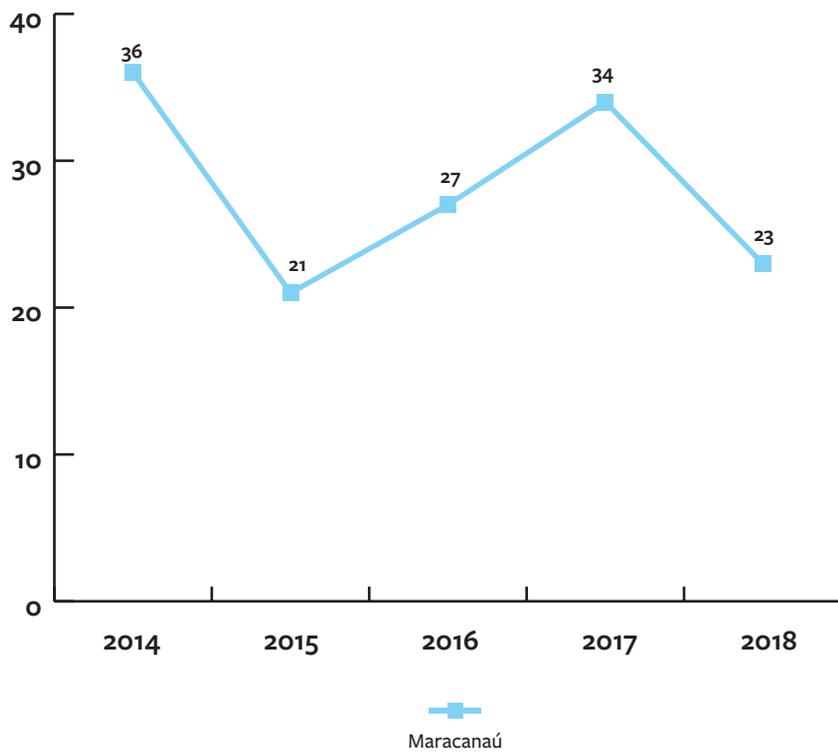
Os 10 municípios com maior número de homicídios de adolescentes

GRÁF. 5. Homicídios em Fortaleza (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores

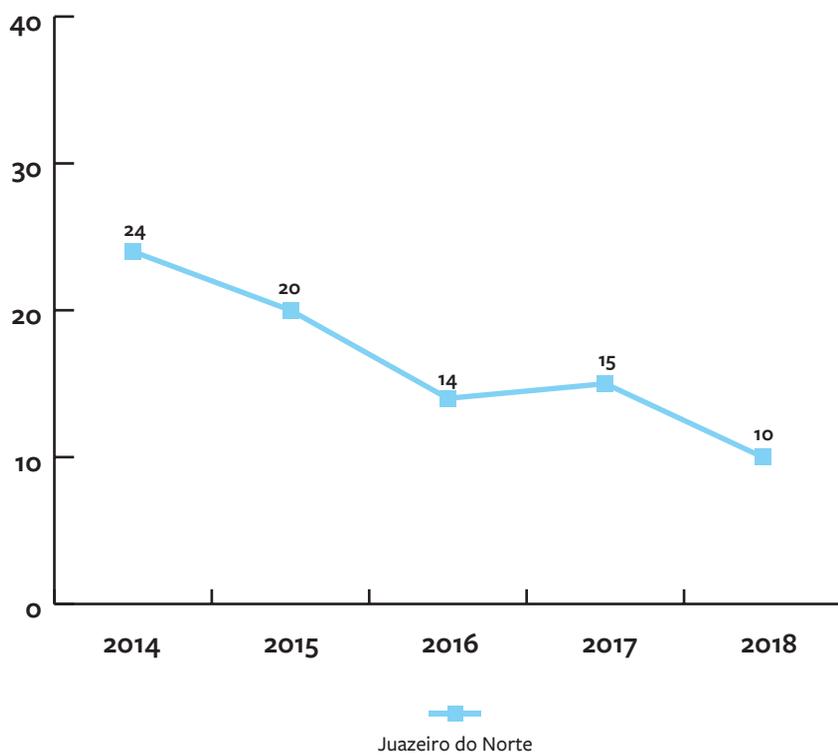


GRÁF. 6. Homicídios em Caucaia (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores



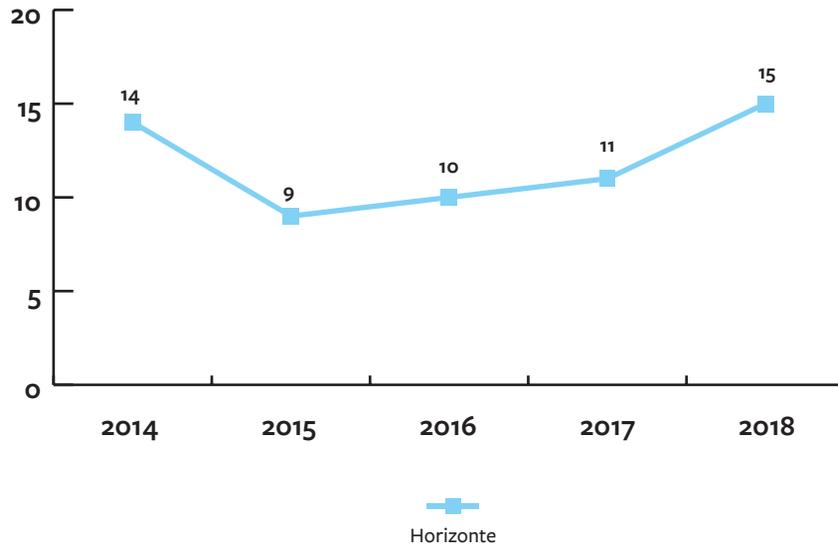


GRÁF. 7. Homicídios em Maracanaú (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores

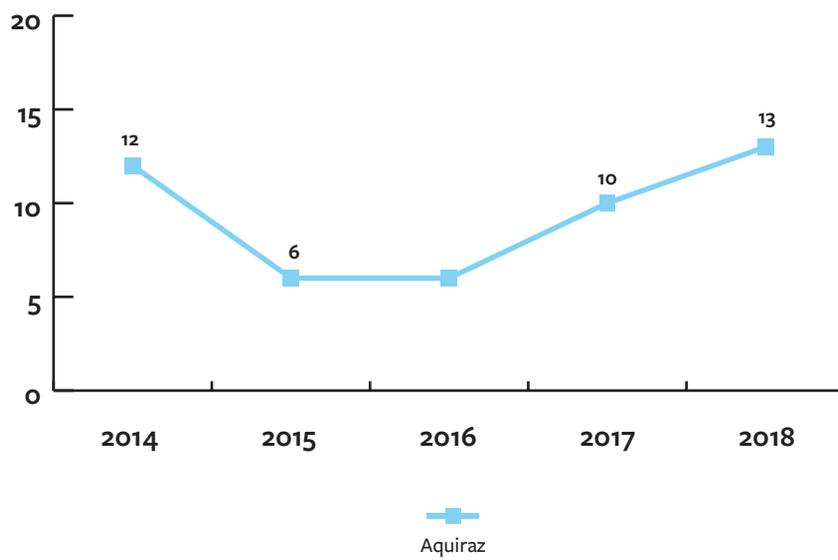


GRÁF. 8. Homicídios em Juazeiro do Norte (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores

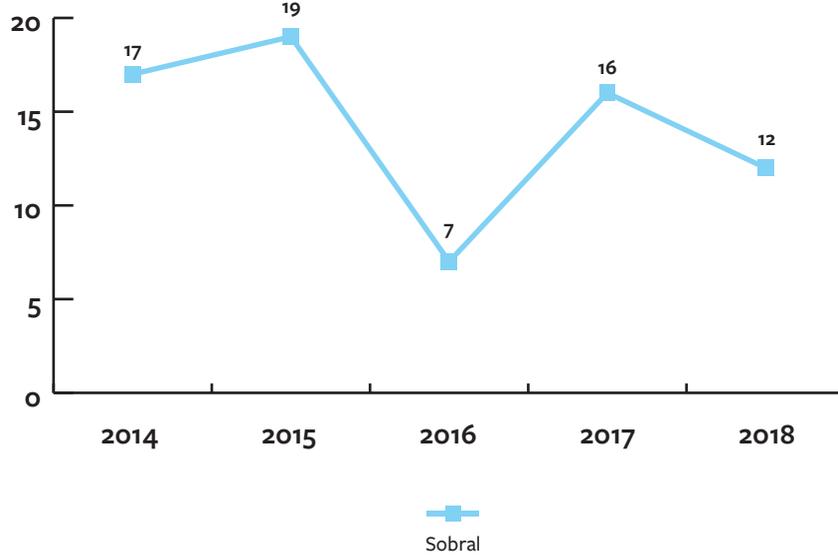
GRÁF. 9. Homicídios em Horizonte (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores

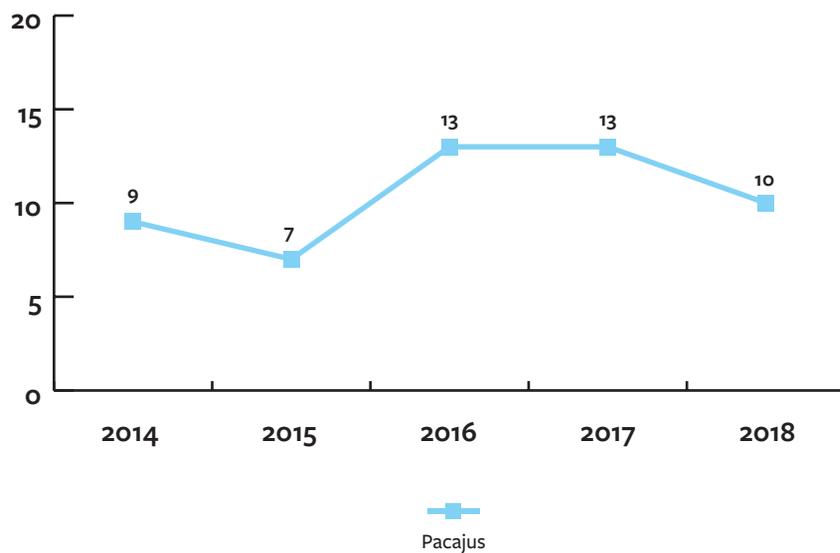


GRÁF. 10. Homicídios em Aquiraz (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores



GRÁF. 11. Homicídios em Sobral (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores

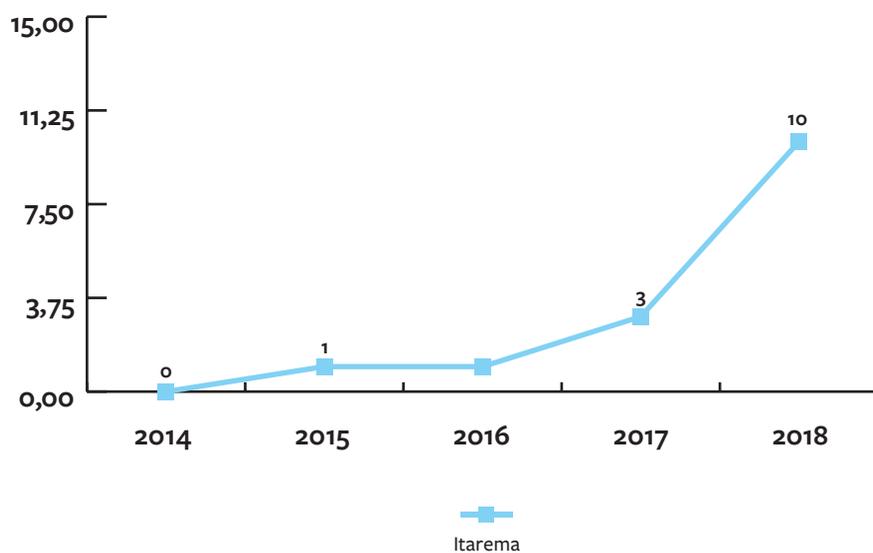




GRÁF. 12. Homicídios em Pacajus (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores



GRÁF. 13. Homicídios em Maranguape (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores



GRÁF. 14. Homicídios em Itarema (janeiro a julho de 2018) em relação a anos anteriores

Homicídios retraem em Fortaleza, mas mortes de meninas dispararam

Assassinatos das meninas adolescentes subiram 412,5% na capital cearense

OS SETE PRIMEIROS MESES de 2018 apresentaram retração de homicídios em Fortaleza: 910 pessoas foram mortas contra 1079 no mesmo período de 2017. No entanto, analisando os dados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) da SSPDS, percebe-se uma explosão do número de homicídios de vítimas do sexo feminino, e a situação é agravada ao se considerar o recorte de idade: são as meninas adolescentes as mais afetadas por essa violência letal.

Em Fortaleza, 189 adolescentes de 10 a 19 anos foram mortos de janeiro a julho de 2018, 14,8% menos do que no mesmo período do ano anterior. Quando a análise leva em conta o sexo, houve redução de 30,8% nas mortes de meninos com essa idade, enquanto os assassinatos das meninas adolescentes subiram 412,5% na capital cearense, passando de oito para 41 meninas mortas violentamente de janeiro a julho de 2018.

Vale salientar que a explosão no número de meninas assassinadas é ainda mais grave quando se considera que, de 2016 para 2017, esse tipo de homicídio já havia avançado mais de 400%, segundo os registros de CVLI, representando uma tendência de crescimento.

O incremento dessa violência contra mulheres está alterando a curva das mortes violentas no Estado. Historicamente, o percentual de vítimas de homicídios do sexo feminino, em todos os estados do País, não ultrapassa os 10% do total dos mortos. No último Atlas da Violência, com os dados de 2017 sistematizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ceará é o terceiro estado em taxa de homicídios de mulheres, que representam 7,6% do total de mortos no Estado.

Os dados do primeiro semestre de 2018 apontam uma piora considerável desse cenário: dos adolescentes de 10 a 19 anos assassinados no Ceará, quase 15% são meninas. Em Fortaleza, a situação é ainda mais preocupante: 20% dos adolescentes assassinados são do sexo feminino. Para se ter noção da gravidade do cenário, em 2016, quando o CCPHA realizou pesquisa de campo das trajetórias dos adolescentes assassinados no anterior, as 35 mortes de meninas representavam apenas 7,74% dos 452 adolescentes mortos.

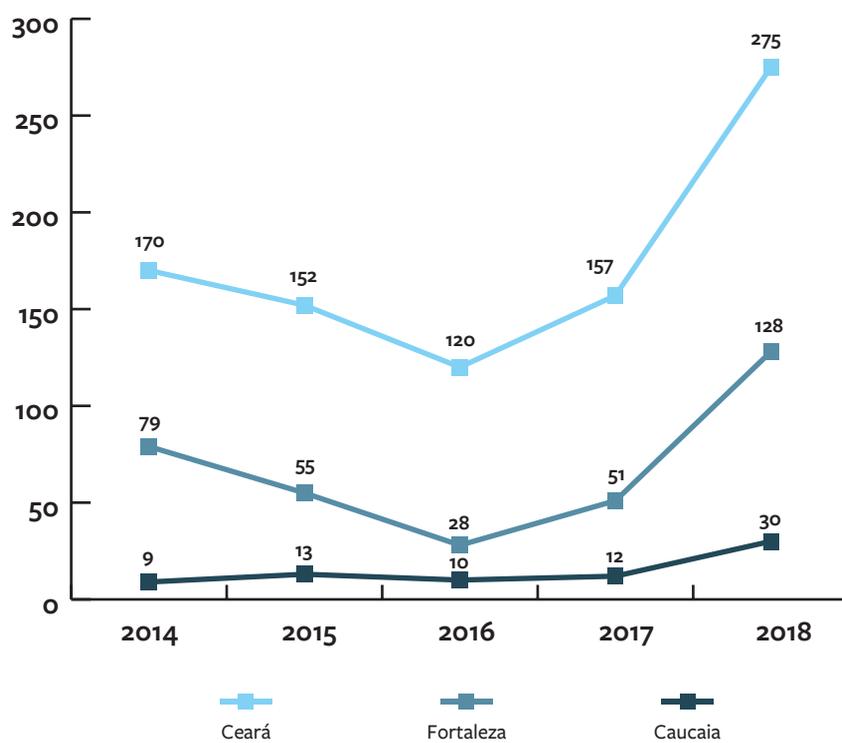
Essa lógica se repete nas mortes da população geral, com discreta retração dos homicídios, mas apenas entre as vítimas do sexo masculino. Foram 782 homens mortos até julho deste ano, redução de 23,9% em relação aos 1028 assassinados no ano passado. Já em relação às vítimas do sexo feminino, o número saltou de 51, nos sete primeiros meses de julho de 2017, para 128 no mesmo período de 2018, uma variação positiva de 150,9%.

A partir de 2017, o Ceará começou a vivenciar uma expansão da violência que resultou em dois fenômenos: infantilização dos homicídios (com redução da idade das vítimas) e aumento das mortes violentas de mulheres. No relatório com dados consolidados de 2017, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, por meio de divulgação de boletim epidemiológico da Prefeitura de Fortaleza, já havia alertado para o aprofundamento da violência letal contra meninas e mulheres no Estado.

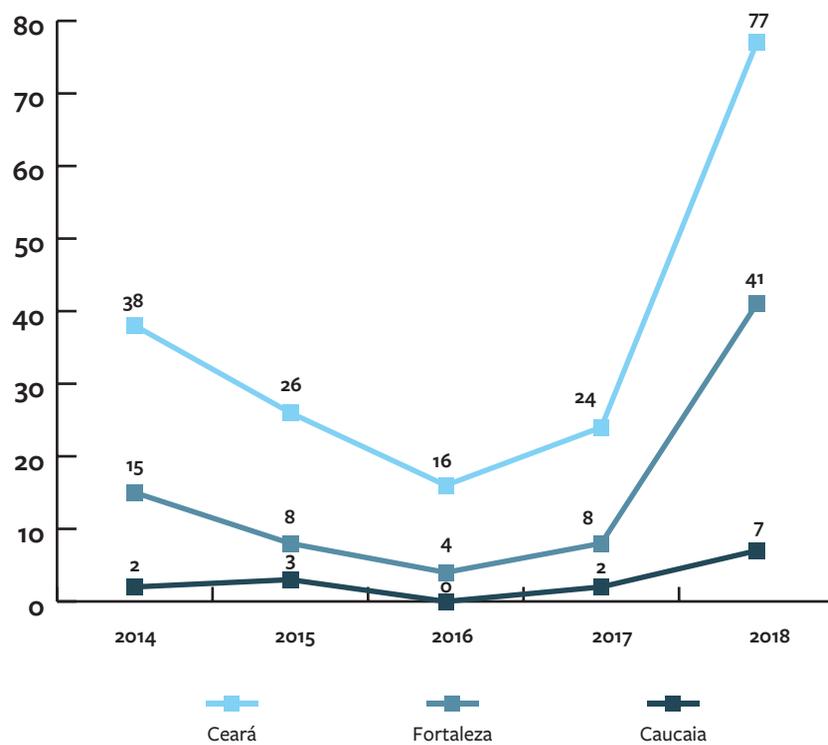
Em Caucaia, o percentual de meninas assassinadas subiu 250% do primeiro semestre de 2017 para 2018, passando de duas para sete adolescentes mortas. Dos 184 municípios cearenses, 22 registraram homicídios de meninas no primeiro semestre de 2018.

O Ceará começou a vivenciar uma expansão da violência que resultou em dois fenômenos: infantilização dos homicídios e aumento das mortes violentas de mulheres.

GRÁF. 15. Homicídios de mulheres (janeiro a julho)



GRÁF. 16. Homicídios de meninas de 10 a 19 anos (janeiro a julho)



**MUNICÍPIOS COM REGISTROS DE HOMICÍDIOS
DE MENINAS (JANEIRO A JULHO DE 2018)**

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Fortaleza	4 1
Caucaia	7
Pacajus	5
Maranguape	4
Paracuru	2
Maracanaú	2
Apuiarés	1
Aquiraz	1
Assaré	1
Barroquinha	1
Horizonte	1
Itarema	1
Jucás	1
Pentecoste	1
Quiterianópolis	1
Quixadá	1
Quixeramobim	1
São Benedito	1
Sobral	1
Tamboril	1
Trairi	1
Ubajara	1

TAB. 1. Municípios com registros de homicídios de meninas (janeiro a julho de 2018)

Homicídios no Ceará sob a perspectiva de familiares de adolescentes assassinados: pobreza multidimensional, racismo, relações institucionais e percepções de segurança

—
por João Paulo Pereira Barros, James Ferreira Moura Júnior, Damião Soares de Almeida Segundo, Luis Fernando de Sousa Benicio

de informações disponíveis (ALKIRE; SANTOS, 2011). A pobreza multidimensional se refere a uma concepção da pobreza pautada em múltiplas privações, ao invés da concepção clássica orientada apenas em critérios monetários (SEN, 2010). Por isso, entendemos ser a noção de pobreza multidimensional uma ferramenta teórica importante para investigar impactos das desigualdades na perpetuação de violências, sem recair na simplificada associação direta entre pobreza e violência, cujo efeito tem sido historicamente a reiteração de preconceitos e estigmas em relação a contextos periferizados e a quem os habita.

DIANTE DO CENÁRIO de agravamento da violência letal nacional e localmente, o VIESES - Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (ReaPODERE), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), realizou dois estudos para analisar psicossocialmente aspectos específicos relativos ao homicídio de adolescentes no Ceará, a partir dos microdados da investigação realizada pelo CCPHA junto a familiares de adolescentes assassinados em 2015 no Estado. O primeiro estudo contou com respostas de 146 famílias e enfocou o impacto da intersecção dos marcadores de raça e pobreza multidimensional na dinâmica dos homicídios na adolescência. Já o segundo estudo identificou o impacto da intersecção entre marcador racial e condição multidimensional de pobreza nas percepções de familiares de adolescentes assassinados sobre segurança territorial e acesso a políticas públicas, considerando 263 famílias das sete cidades onde se deu a pesquisa do CCPHA.

Ambos os estudos construíram um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) a partir da Abordagem das Capacitações que expande a compreensão da pobreza para além da privação econômica (ALKIRE; FOSTER, 2011). Esse índice é adaptado e ajustado ao contexto local e às restrições

Dessa forma, o índice foi composto por 5 dimensões, sendo elas: educação, trabalho e benefícios sociais, condições de moradia, bem-estar econômico e segurança, mensuradas por meio de 15 indicadores. Esse formato de indicador está baseado na metodologia dos conjuntos fuzzy que se refere a diferentes graus de privação proporcionado por um estado de pobreza (QIZILBASH; CLARK, 2005).

O marcador racial foi outro importante aspecto que recebeu atenção em nossos dois estudos sobre os microdados da pesquisa do CCPHA. Afinal, estudos nacionais já apontam que, no Ceará, a chance de vitimização na população geral é quatro vezes maior para negros (CERQUEIRA ET AL., 2018) e 5,6 vezes maior para jovens negros em comparação com brancos (WAISELFSZ, 2015), sendo importante analisar como questões raciais se interseccionam às condições de pobreza para complexificação das vulnerabilizações de adolescentes e suas famílias a diversas violências que culminam no homicídio.

Partimos da premissa de que tanto a raça/cor quanto o fenômeno do racismo são construções históricas e políticas que produzem efeitos psicossociais significativos, como o preconceito e as estratégias de desqualificação, invisibilização e silenciamento de negros/negras. Apesar de reconhecermos a importância da autodeclaração, ressaltamos que, por se tratarem de adolescentes assassinados, as informações sobre o quesito cor/raça tiveram que considerar as respostas de seus familiares quanto a isso. Ademais, por escolhas respaldadas epistemológica e metodologicamente, “pretos” e “pardos” foram agrupados na categoria “negros”, de modo semelhante ao que é empregado por outros relatórios acerca da violência, como o Atlas da Violência e o Mapa da Violência, permitindo, assim, comparações entre estudos locais e nacionais sobre homicídios.

Homicídio de adolescentes e a intersecção dos marcadores da pobreza e da raça

Quanto ao primeiro estudo, como pode ser visto na tabela 1, a amostra foi dividida em dois grupos considerando a mediana empírica do IPM (0,51), em que quanto mais próximo a 1 maiores são as privações. Essa distinção entre mais pobres e menos pobres foi estabelecida para tentar perceber se as famílias dos adolescentes viviam em uma situação homogênea de privação; para melhor visualizar distinções em intersecção com outros marcadores, como a raça; e também para saber quais as dimensões que representam o maior efeito na composição do IPM.

A grande maioria das famílias de adolescentes assassinados encontravam-se em situação de pobreza multidimensional (95,8%), contudo em

MÉDIA DAS SUBDIMENSÕES DO IPM EM FUNÇÃO DO GRUPO MAIS E MENOS POBRE

DIMENSÕES	GRUPO MAIS	GRUPO MENOS
	POBRE (média)	POBRE (média)
Trabalho e renda	0.61	0.49
Condições de moradia	0.17	0.10
Bem-estar econômico	0.53	0.42
Segurança	0.82	0.61
Educação	0.92	0.53

diferentes gradações de privação. As dimensões em ordem de importância de impacto para a formação do IPM foram: educação, segurança, trabalho e renda, bem-estar econômico e condições de moradia. Dentro dessas cinco, duas se diferenciam quando comparados os grupos mais e menos pobre, sendo educação e segurança. Isso significa dizer que essas duas dimensões marcam a diferença entre os grupos.

Os indicadores utilizados para mensurar essas dimensões foram os que apresentaram maior

discrepância de resposta, representando os principais elementos diferenciadores entre as famílias dos adolescentes com melhores e piores acessos a recursos. Na dimensão de educação, os dois indicadores referem-se ao fato de o principal responsável pela casa ter ou não concluído o ensino fundamental, tendo menos de 8 anos de estudos; e de os adolescentes terem ou não abandonado a escola antes de suas mortes. Já na dimensão segurança, os dois indicadores referem-se ao sentimento de segurança no bairro em que moravam as famílias como protegida, indiferente ou intimidada; e a presença ou ausência da confiança na polícia.

Percepções sobre segurança e relações institucionais de famílias de adolescentes vítimas de homicídio no Ceará: impactos da intersecção entre pobreza e questões raciais.

Em segundo estudo, constatamos, também a partir das respostas das famílias, que as instituições mais apontadas como de confiança foram as religiosas (80,2%), a família (78,7%) e a escola (67,1%). Já as menos indicadas foram os programas de rádio e televisão (26,7%), a justiça (23,6%) e a polícia (21,3%). Quando comparados os grupos mais e menos pobres, houve uma diferença significativa da confiança na vizinhança, nos amigos e, destacadamente, na polícia. Apenas 7,3% dos mais pobres (em sua maioria negros, como destacamos no estudo 1) apontaram a polícia como uma instituição confiável, ao passo que 38,5% dos menos pobres o fizeram. A pouca relação de confiança dos mais pobres em relação às diversas instituições (justiça, conselho, polícia, escola, etc) demonstra a condição de cidadania escassa a que estão submetidos (SALES, 2007).

Outro aspecto analisado foi o acesso institucional após a morte do adolescente, que indicaram um baixo acesso geral às instituições, bem como a falta ou insuficiência de suporte do Estado por meio de políticas sociais para famílias que tiveram

adolescentes vítimas de homicídio. Menos de 10% das famílias afirmaram ter procurado organizações da sociedade civil, ministério público, juizado da infância e da juventude, conselho tutelar e defensoria pública. As instituições mais acessadas foram hospital (20,9%), delegacia de polícia (53,2%) e instituto médico legal (72,6%). É importante frisar que justamente as pessoas em maior situação de pobreza tiveram menor acesso a todas as instituições.

O último ponto, relacionado à percepção de segurança territorial das famílias, indicou que 85,4% delas consideraram como perigosos os bairros onde moravam, sendo os principais fatores indicados como causa da insegurança: o tráfico de drogas (46,7%), os assaltos e roubos (34,5%), os tiroteios (27,6%), os assassinatos (20,7%) e as batidas policiais (10,3%). Já quanto aos motivos da violência no bairro, 89,1% consideram a localidade em que moram violenta, sendo o tráfico de drogas (52,3%) e os conflitos entre gangues (14,4%) as causas mais apontadas pelas famílias. Destarte, os moradores dos bairros mais pobres vivem num contexto de disputas territoriais e insegurança, reféns da violência proporcionada pelo tráfico. As favelas e periferias urbanas passaram a ocupar um lugar estratégico para o forte mercado de drogas, recrutando jovens pobres para o tráfico (PASSOS; SOUSA, 2011).

Sobre a percepção da postura da polícia nos bairros, há uma diferença significativa na relação dos mais pobres e menos pobres. Enquanto que para o grupo mais pobre a presença policial é intimidadora (39,1%) ou não faz diferença na sensação de segurança (49,1%); para o grupo dos menos pobres essa presença é considerada majoritariamente protetora (38,5%) ou que não fornece segurança (48,6%). Ou seja, a sensação de proteção ou intimidação é diretamente relacionada com a condição de pobreza multidimensional, a qual, por sua vez, intersecciona-se, como já demonstrado, ao marcador racial. Corroborando isto, 75% das 48 famílias que indicaram se sentir intimidadas no bairro em que moravam eram de famílias de

adolescente negros, enquanto 25% eram de famílias de adolescentes brancos. Das 119 famílias que indicaram não confiar na polícia, 68% eram famílias de adolescentes negros, enquanto 32% eram famílias de adolescentes brancos.

Considerações Finais

A partir dos dois estudos tratados neste texto, colocamos em análise a intersecção de marcadores que contribuem para a produção, perpetuação e naturalização das mortes na adolescência, a partir de dados obtidos

Chamamos atenção para o fato de que os homicídios de adolescentes são efeitos da precarização das condições de vida de sujeitos pobres, negros, que residem nas periferias.

pelo CCPHA junto a familiares de adolescentes vítimas de homicídio. Chamamos atenção para o fato de que os homicídios de adolescentes são efeitos da precarização das condições de vida de sujeitos pobres, negros, que residem nas periferias, aos quais não são garantidos direitos fundamentais. Tais aspectos corroboram o ponto de vista segundo o qual as violências a que são submetidos adolescentes e seus famílias estão conectadas às múltiplas feições do racismo estrutural e do controle social das populações pobres, inclusive a partir de dispositivos punitivo-penais (BARROS et al, 2017).

Concluimos apontando ser imprescindível a atuação das políticas públicas de forma efetiva e não criminalizadora, rompendo a espiral de violência que cotidianamente atinge a população marginalizada a partir da intersecção da pobreza-raça/cor. Com isso, é necessário investir na desnaturalização da produção de “corpos matáveis” (BARROS et al, 2016), alvos de práticas punitivistas e cotidianas dinâmicas necropolíticas.

A bibliografia utilizada no artigo está disponível no final deste relatório.

Horizonte oficializa comitê municipal para prevenir homicídios



A Prefeitura de Horizonte oficializou, em maio, comitê local para prevenir homicídios, presidido pelo chefe do Executivo municipal. Foto: Lorena Alves

EXPERIMENTANDO A ALTA da violência letal contra a juventude, a Prefeitura Municipal de Horizonte oficializou, no dia 24 de maio, o Comitê Municipal para Prevenção de Homicídios dos Adolescentes. A equipe do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) participou da solenidade, que ocorreu na Secretaria de Educação do Município. Antes da criação do grupo, o CCPHA já havia se reunido em duas ocasiões com o secretariado municipal.

Segundo o decreto que cria o colegiado, o comitê será presidido pelo chefe do Executivo municipal, Chico César, e integrado pelas secretarias municipais de governo, conselhos municipais, Câmara de Vereadores de Horizonte e Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede 9).

Reforçando a relevância dos municípios na prevenção da violência, o relator do CCPHA, Renato Roseno, defendeu a redução dos homicídios de adolescentes como tarefa ética que deve ser encampada por diferentes setores da sociedade. “Nós não estamos matando nosso futuro, estamos matando nosso presente”. E complementou: “até que o tiro chegue ao corpo do menino, há muitas coisas que deveriam ter sido feitas para evitar que a bala varasse o seu corpo”.

Este é o segundo colegiado municipal criado no Ceará com o caráter de prevenir mortes de meninos e meninas de 10 a 19 anos. No ano passado, Fortaleza oficializou um comitê executivo para acompanhar e desenvolver ações específicas para prevenir a violência letal na adolescência.

O prefeito de Horizonte, Chico César, reconheceu a complexidade da situação e, portanto, a necessidade de que sejam pensadas ações integradas para reverter o cenário. “Esse trabalho tem que ter continuidade, não pode ser uma política apenas dessa administração, tem que ser da cidade de Horizonte”, destacou.

Citando os tipos de prevenção de acordo com a urgência e especificidade de diferentes grupos sociais, o sociólogo e coordenador da equipe técnica do CCPHA, Thiago de Holanda, ressaltou a importância de que os serviços públicos cheguem às famílias que já foram vítimas de violência. “O homicídio agrava a situação daquela família. Pela descrença nas políticas, elas param de procurar os serviços”, salientou.

Dentre as funções do colegiado recém-criado, estão a formulação de um sistema de investigação social com produção de dados e indicadores; levantamento socioespacial dos territórios mais vulneráveis aos homicídios; desenvolvimento de planos, protocolos e ações para prevenção de homicídios na adolescência; e identificação e monitoramento de projetos de prevenção da violência letal nos territórios com maior vulnerabilidade.

Participaram da solenidade a primeira-dama e secretária de Cultura do Município, Vânia Dutra, a promotora de Justiça da Comarca de Horizonte, Maurícia Cavalcante, o titular da Delegacia Municipal de Horizonte, Rodrigo Jataí, o presidente da Câmara Municipal de Horizonte, Erisvaldo de Sousa, e o major da Polícia Militar Gessivando Andrade.

“Esse trabalho tem que ter continuidade, não pode ser uma política apenas dessa administração, tem que ser da cidade de Horizonte”, defendeu o prefeito.

Municípios demandam agendas para debater ações de prevenção



Com a expansão da violência para o Interior do Estado, o CCPHA tem sido convidado pelos municípios a participar de eventos sobre a temática.

Foto: Arquivo CCPHA

AAMPLIAÇÃO do circuito da violência letal dos grandes centros urbanos para municípios menores tem motivado gestores públicos a buscar alternativas capazes de conter esse fenômeno, que altera, de forma significativa, a realidade dessas cidades. Neste sentido, a equipe do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência tem sido convidada a participar de inúmeros eventos sobre a temática.

Em abril, técnicos da Prefeitura Municipal de Sobral visitaram o CCPHA para discutir a implementação das

recomendações de prevenção de homicídios de jovens, com destaque para a proteção de adolescentes ameaçados de morte.

A expectativa é pensar a unificação de um protocolo intersetorial de proteção às vítimas de violência com as ações que já funcionam em Sobral. Desde o ano passado, o prefeito do Município, Ivo Gomes, que presidiu o CCPHA em 2016, tem desenvolvido iniciativas de prevenção que dialogam com as 12 recomendações do Comitê, como a criação da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) de Prevenção de Violências na Adolescência, vinculada à Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SDHAS).

O coordenador da equipe técnica do Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Thiago de Holanda, afirmou que o colegiado está à disposição da gestão municipal para contribuir com a elaboração de políticas públicas em Sobral, inclusive participando de capacitações no Município com técnicos e gestores.

Participaram da reunião no CCPHA representantes da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP) de Prevenção de Violências na Adolescência e da Coordenadoria de Direitos Humanos de Sobral.

Audiência pública na Câmara Municipal de Trairi

O Relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), Renato Roseno, participou, na manhã de 10 de maio, de audiência pública na Câmara Municipal de Trairi, onde apresentou o trabalho do colegiado e debateu medidas de prevenção à violência letal na juventude. A atividade foi solicitada pelo diretor da Escola de Ensino Médio Padre Rodolfo Ferreira da Cunha, Célio Alves, e reuniu estudantes de cinco escolas da rede pública estadual.

Renato Roseno apontou a produção de informação de qualidade sobre violência, a agenda de prevenção contra os homicídios e a mobilização social como três importantes tarefas do comitê da Assembleia Legislativa cearense. “A violência é o resultado da segregação. Não existem vidas de segunda classe, por isso temos repetido que cada vida importa”, reforçou.

O pesquisador Luiz Fábio Paiva, do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará, também integrou a mesa e apresentou levantamento das políticas de segurança pública no Estado nas últimas décadas. “Segurança é um direito de cidadania. Precisamos pensar a segurança de uma forma mais ampla”, propôs.

Sociólogo e integrante da equipe técnica do CCPHA, Benjamim Lucas detalhou o perfil dos adolescentes assassinados no Estado, citando pesquisa de campo do Comitê que resultou no relatório Cada Vida Importa.

Conduzida pelos próprios estudantes, a soleinidade também contou com a presença do representante da 2ª Coordenadoria Regional de

Desenvolvimento da Educação (CREDE), Lucas Alvino. Os alunos que assistiram à audiência estudam na Escola Profissionalizante José Ribeiro Damasceno e nas escolas de ensino médio Padre Rodolfo Ferreira da Cunha, Maria Celeste de Azevedo, Raimundo Nonato Ribeiro e Furtunato Severino da Costa.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência tem participado de inúmeras atividades nas escolas do Estado, apresentando dados e informações sobre homicídios na juventude e sugerindo recomendações para prevenir essas mortes.



A equipe do CCPHA participou de audiência pública em maio na Câmara Municipal de Trairi. Foto: Arquivo CCPHA

Seminário de prevenção de homicídios em Forquilha

A equipe técnica do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência participou, em maio, do Seminário de Prevenção de Homicídios em Forquilha. Sediado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, o encontro reuniu secretários municipais, estudantes da rede pública de ensino, conselheiros municipais, vereadores e representação do Ministério Público.

Relator do CCPHA, Renato Roseno reforçou a importância de os municípios assumirem a tarefa de prevenção dessas mortes. “A violência é previsível e, portanto, prevenível”, pontuou.

O sociólogo Benjamim Lucas e a psicóloga Daniele Negreiros, ambos técnicos do Comitê, apresentaram os dados da pesquisa do colegiado que mapeou as trajetórias de vida de adolescentes assassinados. “É necessário que haja uma ampla pactuação no enfrentamento aos homicídios”, defendeu Benjamim Lucas.

Durante a apresentação, os pesquisadores citaram os três níveis de prevenção da violência (primária secundária e terciária), explicando que, diante da complexidade do atual contexto, é preciso que essas ações sejam executadas de forma integrada.

O promotor de Justiça da comarca de Forquilha, José Borges, apontou a importância de conhecer as trajetórias dos meninos assassinados para pensar políticas públicas que cheguem antes dessas mortes. “Esse jovem que morreu passou, em algum momento, pelos serviços públicos”, salientou.

Participaram do evento Elizete Araújo, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Cleunia Cavalcante, secretária de Desenvolvimento Social de Forquilha; comandante Edson, do Destacamento da Polícia Militar de Forquilha; o secretário municipal de Segurança, tenente Batista Sousa; Guida Prado, secretária de governo; e Maria Herbert, integrante do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes (NUCA) do Selo UNICEF.



Em Forquilha, o Seminário de Prevenção de Homicídios reuniu representantes do poder público, estudantes e conselheiros municipais. Foto: Arquivo CCPHA

Diálogo com prefeito e gestores de Senador Pompeu

A equipe do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência recebeu, no dia 24 de julho, a visita do prefeito de Senador Pompeu, Maurício Pinheiro, e de assessores técnicos do Município, Yara Fernandes e Manoel Neto.

A intenção dos gestores do governo municipal foi conhecer o trabalho do CCPHA e as recomendações de prevenção de homicídios de adolescentes, uma vez que Senador Pompeu, a exemplo de outras cidades do Interior do Estado, tem vivenciando um aumento da violência. “Está havendo uma migração de homicídios para o Nordeste e há um fenômeno de interiorização dessas mortes”, contextualizou o relator do Comitê, Renato Roseno.

Durante a reunião, a evasão escolar foi apontada como um dos sinais de alerta para indicar meninos e meninas que podem ser vítimas de homicídios.

Em Fortaleza, 73% dos adolescentes mortos estavam fora da escola há pelo menos seis meses. O relator do Comitê também reforçou a importância de garantir projetos que gerem renda para a juventude.

O prefeito Maurício Pinheiro reconheceu a urgência de tomar medidas para prevenir a violência letal e convidou os integrantes do CCPHA para apresentar o trabalho do colegiado ao secretariado do Município de Senador Pompeu. O gestor ainda afirmou que vai reunir a equipe de governo para discutir que estratégias de prevenção já podem ser iniciadas no Município.



O prefeito de Senador Pompeu se reuniu com a equipe do CCPHA para dialogar sobre medidas para prevenir homicídios na cidade. Foto: Arquivo CCPHA

Movimento Cada Vida Importa mobiliza comunidade acadêmica contra homicídios de jovens

EM REUNIÃO ocorrida no Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) em 9 de março, pesquisadores e estudantes de diferentes universidades do Estado decidiram dar corpo a uma série de ações para sensibilizar a sociedade – dentro e fora das instituições de ensino superior – sobre o extermínio da juventude no Ceará, especialmente jovens negros e moradores da periferia urbana.

A iniciativa – concretizada após uma nota de repúdio assinada por dezenas de entidades da sociedade civil – foi o pontapé de criação do “Movimento Cada Vida Importa: a universidade na prevenção e enfrentamento a violência no Ceará”, que ganhou adesão de mais de 20 instituições, incluindo faculdades, universidades, CCPHA e organizações da sociedade civil.

No primeiro semestre de 2018, o Movimento realizou quatro seminários – em diferentes universidades – para debater estratégias de prevenção de homicídios por meio de diferentes abordagens que perpassam o problema, como racismo institucional e políticas orçamentárias.

O Movimento Cada Vida Importa (MCVI) foi pensado a partir da proposta de levar ao dia a dia das instituições de ensino superior a temática da prevenção de homicídios de jovens, pautando as atividades acadêmicas, como projetos de pesquisa e extensão, seminários, aulas temáticas e estágios. “Também precisamos fortalecer ações da sociedade civil que já existem”, destaca a professora Ângela Pinheiro, do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC/UFC).

Em fevereiro, mais de 30 laboratórios, grupos de pesquisa e projetos de extensão assinaram uma nota de repúdio à violência cotidiana vivenciada no

Estado. O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência tem participado da mobilização do Movimento Cada Vida Importa por meio da sistematização de dados sobre a violência letal no Estado e produção e distribuição de material especializado sobre o assunto.

A proposta é que o grupo dispute a narrativa sobre a violência letal, tornando cotidiana a reflexão sobre o elevado número de mortes no Estado e propondo ações de prevenção de violência no espaço universitário.

Seminários

Unifor



O primeiro seminário do Movimento Cada Vida Importa foi realizado em março na Universidade de Fortaleza. Foto: Ares Soares

O primeiro seminário do Movimento Cada Vida Importa, realizado no dia 23 de março, foi sediado no Auditório da Biblioteca da Universidade de Fortaleza (Unifor). O relator do CCRHA, Renato Roseno, compartilhou a mesa de debate com a professora de Filosofia Sandra Helena de Souza, do Programa Cidadania Ativa (PCA) da Unifor, e a pesquisadora Ângela Pinheiro, do NUCEPEC.

Citando dados da pesquisa do Comitê, Renato Roseno apontou que não há responsabilização dos autores desses crimes. Ângela Pinheiro ressaltou a importância

de fortalecer as forças coletivas no enfrentamento a situações difíceis. “Queremos atrair cada vez mais estudantes, servidores, professores. E ver transbordar nossos sentimentos e ações para outros segmentos sociais”, destacou. Sandra Helena explicou a importância de defender a garantia de direitos e lembrou a morte da vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro.

UFC

Com o tema “Impactos das desigualdades sociais e das violações de direitos na produção da violência urbana”, o segundo seminário do Movimento Cada Vida Importa debateu, no dia 27 de abril, a exclusão social relacionada à violência letal no Ceará. O evento foi sediado no Centro de Humanidades 2 da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Integrante da Rede Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), Marileide Luz apresentou as desigualdades de investimentos entre as seis regionais de Fortaleza. Ela também falou sobre as resistências de arte e cultura na periferia urbana, lamentando que a atuação dos movimentos sociais e ONGs tenham que incorporar, hoje, várias demandas consequentes dos homicídios na capital cearense.

Também representando a Rede DLIS, Graça Costa citou as inúmeras violações de direitos ocorridas no Grande Bom Jardim e convidou a comunidade acadêmica a se juntar à mobilização social no enfrentamento a essas violências. “A gente não tem como parar mais”, ressaltou.

A professora Camila Holanda, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), fez uma reflexão sobre

Desigualdades sociais e violações de direitos pautaram o debate do segundo seminário, realizado na UFC. Foto: Lorena Alves



a exclusão social que caracteriza o Brasil e apontou elementos relacionados à dinâmica dos homicídios. “As pessoas naturalizam as desigualdades sociais como se não reconhecessem que elas existem”, disse a docente, que integrou, em 2016, a equipe da pesquisa de campo do Comitê pela Prevenção de Homicídios na Adolescência que resultou no relatório Cada Vida Importa.

Unilab

Com uma diversidade de temáticas e interlocutores, o 3º seminário do Movimento Cada Vida Importa reuniu, em maio, estudantes, professores e integrantes de coletivos e movimentos sociais para debater os “desafios para superação da violência: insegurança, extermínio da juventude negra e direito à cidade”. Esta edição ocorreu na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Integrante do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o sociólogo Benjamim Lucas explicou que a dinâmica dos homicídios não é estática, mas transversal. “A morte é um processo”, reforçou.

Ainda na mesa “Diálogos para a superação da violência”, Margarida Marques, do Instituto Negra do Ceará (Inegra), narrou a dor das mulheres – a maioria negra, pobre e com baixa escolaridade – que reivindicam justiça e memória aos filhos assassinados. “Essas mães têm um papel central na luta contra o extermínio da juventude negra”, ressaltou. Anderson Duarte, do grupo Policiais Antifascismo, e Raoni Oliveira, da Torcida Uniformizada do Fortaleza (TUƒ), também participaram do debate, coordenado pelo professor da Unilab Eduardo Machado.

Na primeira mesa, “Obstáculos para a superação da violência”, Ámon

Lima, da Associação Transmasculina do Ceará (ATRANS), narrou o histórico de violências vividas pela população LGBT. “Precisamos discutir o papel social das universidades, pois essas opressões também acontecem dentro das universidades”, disse ele, que é estudante do curso de Antropologia da Unilab.

Coordenada pelo professor Thiago Vasconcelos, da Unilab, a mesa também contou com a presença de Gabriela Freitas, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres do Governo do Estado, e dos docentes da Unilab James Moura Jr., Marcos Silva e Violeta Holanda.

No terceiro seminário Cada Vida Importa, sediado na Unilab, o extermínio da juventude negra foi a pauta central de discussão. Foto: Lorena Alves



UECE

No quarto seminário organizado pelo mcvi, sediado no Campus do Itaperi da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em junho, foi discutida a execução do orçamento público nas áreas de infância e juventude no Ceará, pautando os altos investimentos na segurança pública em contraposição aos recursos direcionados a crianças e adolescentes.

“Como a segurança pública passa a ser um tema central na sociedade a partir dos anos 2000, os gestores respondem com soluções miraculosas”, destacou o relator do CCPHA, Renato Roseno, ao apresentar as despesas da segurança pública no Estado nos últimos anos. Ele ressaltou o pouco investimento em inteligência policial e em políticas de prevenção da violência.



Também integrou a mesa Renan Magalhães, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), que questionou o discurso de crise financeira no poder público municipal, citando que há um descompasso entre a queda brutal nas receitas voltadas à infância e juventude e a alta de arrecadação no município de Fortaleza.

Integrante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) e do coletivo Bomja Roots, Wesley Lobo narrou a difícil trajetória de milhares de adolescentes sem acesso a políticas básicas de saúde, educação, assistência social e cultura. “Eu me identifico com algumas das evidências de vulnerabilidades que o Comitê cita no relatório”, disse, referindo-se às 12 evidências de vulnerabilidades identificadas nas trajetórias dos adolescentes assassinados no Ceará.

Para Joaquim Liberato, do Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, que participou do debate, é necessário fortalecer o controle social para acompanhar o desempenho do poder público.

O quarto seminário, que ocorreu na UECE, abordou o papel da execução orçamentária na prevenção de homicídios de jovens. Foto: Lorena Alves

Manifesto de repúdio e solidariedade

Nós, grupos abaixo-assinados, viemos manifestar nosso repúdio e indignação com o estado de violência e do que consideramos extermínio, principalmente da população jovem, negra e pobre das periferias de Fortaleza e em outras regiões do Ceará. O ano de 2017 ficou marcado como o mais violento da história local, ultrapassando cinco mil crimes violentos letais e intencionais. Ainda sob forte impacto desses acontecimentos, a sociedade cearense foi surpreendida, no primeiro mês de 2018, com o agravamento do quadro de violência. Nosso estado foi palco de outras duas grandes tragédias: a Chacina de Cajazeiras, que vitimou oito mulheres e seis homens, a maior parte jovens e, inclusive, uma criança; e a Chacina na Cadeia Pública de Itapajé, na qual 10 presos foram assassinados.

Com aproximadamente 482 homicídios, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado, janeiro de 2018 foi o mês do ano mais violento desde 2013. É, portanto, inadmissível minimizar a gravidade das chacinas e dos assassinatos que vêm ocorrendo de forma crescente na Capital e no Estado do Ceará, tomando tais ocorrências como “casos isolados”, em que vidas estão sendo absurdamente eliminadas sem que providências efetivas sejam apresentadas pelo poder público, através de órgãos competentes.

Também nos indignamos com as tentativas de justificação desses assassinatos, sob a alegativa de possíveis envolvimento das vítimas com crimes e com o tráfico de drogas. Nosso compromisso com a produção de conhecimentos e com práticas sociais críticas à realidade nos leva ao entendimento de que a rede de violência instalada em nosso estado é complexa e se expande conforme o aumento da desigualdade social. Agir dentro da legalidade e combater as injustiças e iniquidades sociais deveriam ser o eixo condutor de uma POLÍTICA de segurança pública na qual “toda vida importa”.

Consideramos, portanto, necessária a mobilização da sociedade civil para que não se prolongue este estado de exceção em que vivemos nos últimos anos. Não queremos e não estamos indiferentes a ele, que vem fazendo vítimas e deixando familiares, amigos e pessoas próximas com suas dores e perdas sem eco e sem visibilidade.

Ao mesmo tempo, expressamos nosso sentimento de pesar e compartilhamos com o sofrimento de tantos que estão aterrorizados frente a incerteza, ao desamparo e à angústia quanto à expectativa dos desdobramentos futuros dessa situação, e até a incerteza sobre uma próxima chacina.

Como coletividade, queremos manifestar a nossa solidariedade às famílias enlutadas e, em associação com os movimentos sociais organizados, atuar na perspectiva de contribuir para interromper esta cadeia de violência. Estamos juntos e juntas nesta luta.

Fortaleza, fevereiro de 2018.

Regulamentação das ZEIS

Qualificação do espaço urbano pode reduzir vulnerabilidade ao homicídio

A **ELABORAÇÃO** de políticas públicas com foco na prevenção de homicídios é transversal a ações de curto, médio e longo prazos, bem como a iniciativas centradas nas especificidades dos territórios mais vulneráveis. Diante da complexidade do cenário de violência vivenciado no Brasil, os níveis de prevenção aos homicídios foram divididos em três: primários, secundários e terciários¹.

Enquanto as ações secundárias e terciárias são focalizadas em públicos mais expostos à violência - pessoas com alto risco de serem mortas por um histórico de convivência com a violência -, a prevenção primária reúne o conjunto de iniciativas pensadas para o conjunto da população.

A terceira recomendação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência dialoga com as ações primárias de prevenção ao sugerir a qualificação urbana dos territórios mais vulneráveis. Nas edições anteriores dos relatórios semestrais, o CCPHA já abordou iniciativas de prevenção secundária e terciária.

Conforme a pesquisa de campo realizada pelo Comitê em 2016, 44% das mortes de adolescentes ocorreram em apenas 17 dos 119 bairros de Fortaleza. Ao propor a qualificação urbana dos territórios, o CCPHA reconhece a vulnerabilidade de quem mora nos assentamentos precários dos centros urbanos. Morar em uma área vulnerável da cidade amplia os riscos de um adolescente ser morto.

Centrando-se na qualificação urbana dos territórios, o CCPHA recomenda às prefeituras estabelecer e regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em territórios vulneráveis aos homicídios, garantir terras para construção de habitações e equipamentos sociais em terrenos vazios, dentre outras ações.

A regulamentação das ZEIS foi incluída na revisão do Plano Diretor de Fortaleza em 2009. Desde então, movimentos sociais lutam para que essas zonas sejam identificadas e regulamentadas como meio de reduzir o desequilíbrio das moradias urbanas. “A ZEIS é um instrumento historicamente aliado à luta e resistência e tem nos garantido a permanência nos nossos territórios, alvos da especulação imobiliária e projetos que visam remover nosso povo. Lutar pela sua regulamentação é papel de todos que desejam uma cidade melhor, democrática e inclusiva”, destaca Adriana Gerônimo, moradora do Lagamar e integrante do conselho gestor da ZEIS Lagamar.

Nos últimos meses, a Prefeitura de Fortaleza, por meio do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), retomou as discussões sobre as ZEIS. A expectativa é de que 10 delas sejam regulamentadas de forma prioritária: Dionísio Torres/Vila Vicentina, Pici, Lagamar, Serviluz, Praia do Futuro, Bom Jardim, Pirambu, Poço da Draga, Moura Brasil e Mucuripe.

A arquiteta e urbanista Jéssica Chaves, integrante da ONG Taramela, tem acompanhado essa mobilização pela regulamentação das ZEIS e explica que “a luta foi muito intensa e desgastante, principalmente para os movimentos sociais”, uma vez que essa espera já dura quase 10 anos. “Esse processo está caminhando para um saldo positivo, mas a gente espera que esses espaços respeitem o protagonismo dos moradores”, reforça, acrescentando que todas as ações que reduzam a segregação socioespacial são bem-vindas e necessárias.

Para Rebeca Gaspar, vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU), o poder público precisa adotar medidas eficientes para minorar o déficit habitacional vivenciado por Fortaleza e outros centros urbanos. “Essa questão tem que ser encarada pelo poder público de maneira séria, porque a gente tem instrumentos da legislação urbana para enfrentar esse déficit”, ressalta.

A arquiteta cita a Lei 11.888, de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. “Toda a melhoria da qualidade de vida e infraestrutura da habitação já é um direito. Mesmo aprovada (a lei) em 2008, as prefeituras ainda não cumprem. Esse é um instrumento para atacar a precarização da habitação”, avalia.

Rebeca Gaspar salienta que a política de habitação não se encerra com oferta de moradias. “Dar só a casa de maneira isolada de uma infraestrutura urbana, de esgotamento sanitário, de proximidade com equipamentos sociais, como creches, hospitais... isso não é resolver o déficit habitacional”, pondera. “A habitação tem que estar integrada a outros serviços da cidade, as pessoas precisam ter o direito à cidade efetivamente”, pontua.

PRIMÁRIA: CONJUNTO GERAL DA POPULAÇÃO

- controle de armas de fogo e munições
- promoção da convivência comunitária por meio de atividades culturais
- fortalecimento da capacidade técnico-científica da Perícia Forense do Estado
- formação de policiais para abordagem adequada não violenta ao adolescente
 - prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias
 - mídia sem violações de direitos
 - escolas mais atrativas e integradas com a comunidade
 - oportunidades de trabalho com renda a adolescentes
 - qualificação das informações sobre o homicídio

SECUNDÁRIA: GRUPOS COM MAIORES RISCOS

- busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar
- atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas por meio de práticas restaurativas e diminuição da privação de liberdade
- atendimento de adolescentes para construção de projetos de vida
- atendimento a adolescentes vulneráveis ao homicídio por meio da ampliação de programas e projetos sociais
- qualificação urbana dos territórios com incidência de homicídios
 - mediação de conflitos entre grupos rivais nos territórios

TERCIÁRIA: VÍTIMAS DIRETAS

- apoio e proteção às famílias de vítimas de homicídios
 - investigação prioritária e qualificada dos inquéritos e processos de homicídios contra criança e adolescente
 - notificação de agressões e lesões corporais contra adolescentes
 - comitês territoriais para a prevenção de homicídios na adolescência

HOMICÍDIO

A IMPORTÂNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS NAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS

MARCELA MONTEIRO DOS SANTOS
DAVID VIEIRA DE ARAUJO

As ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, são áreas do território fortalezense delimitadas no Plano Diretor de 2009. Estas áreas devem possuir prioridades de investimentos em urbanização, regularização fundiária e em políticas públicas de saúde, educação, mobilidade e segurança. Estes investimentos são planejados a partir de uma regulamentação específica, os chamados PIRFS (Planos Integrados de Regularização Fundiária).

Segundo o Plano Diretor Participativo de 2009 (PDP For 2009), as ZEIS se dividem em três tipos: ZEIS 1 (45 poligonais), que são assentamentos precários irregulares em áreas públicas ou privadas ocupadas por população de baixa renda, ZEIS 2 (56 poligonais), compostas por conjuntos habitacionais ou loteamentos irregulares ocupados por população de baixa renda, e ZEIS 3 (34 poligonais), áreas dotadas de infraestrutura, mas que concentram terrenos vazios ou subutilizados. No total, somam-se 135 poligonais.

As ZEIS não mostram a quantidade total de aglomerados subnormais (definição utilizada pelo IBGE). O território fortalezense é ainda mais desigual e segregado do que esse zoneamento nos traz.

Esse instrumento implementado no PDP For 2009 foi um avanço na política urbana de Fortaleza no contexto de garantia de direitos, principalmente à cidade, e redução das desigualdades sociais, pois, apesar de algumas garantias que a delimitação das ZEIS proporciona aos moradores, entende-se o processo completo e eficaz apenas com a sua regulamentação. Processo este que se concretiza a partir da elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFS), para que assim se tenha o documento que guiará a urbanização local.

Os PIRFS são elaborados democraticamente, com a participação de um Conselho Gestor, composto paritariamente, além de representantes dos órgãos da prefeitura, moradores da comunidade eleitos. Tem como objetivo trazer a esses espaços não integrados da cidade formal infraestrutura, equipamentos e outros serviços que garantam o direito à cidade.

Em setembro ocorreu a eleição dos conselhos da ZEIS, compostos por moradores eleitos pelos seus pares. A eleição só foi possível graças à mobilização dos movimentos sociais de moradia, como a Frente de Luta por Moradia. Entretanto, uma grande preocupação ainda perdura, uma vez que é necessário garantir orçamento e investimento para a elaboração dos PIRFS e de sua implementação. É indispensável que na Lei Orçamentária Anual de 2019 tenha uma previsão adequada de recursos, do contrário a ZEIS não conseguirá cumprir totalmente seu objetivo.

Esse processo de delimitação e regularização das ZEIS pode ser visto, se cumprido, como uma maneira eficaz e democrática de redução das desigualdades socioespaciais a partir do planejamento urbano e de ações participativas de intervenção no espaço.

O planejamento urbano e sua intervenção no espaço não resultam apenas em uma questão estética, mas transformam e melhoram o espaço urbano, fornecendo infraestrutura, serviços e programas que contribuem para melhorar a qualidade de vida dos moradores e tornar as cidades espaços democraticamente sustentáveis.

Rio cria comitê de prevenção inspirado na iniciativa do Ceará

COM APOIO de 22 instituições, o Comitê para Prevenção de Homicídios de Adolescentes no Rio de Janeiro foi oficializado, no dia 10 de maio, em evento no Centro Cultural da Justiça Federal, na Cinelândia. Com foco inicial de atuação na capital, o Comitê terá linhas de ação complementares, inspiradas na experiência do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Já em 2018, o Comitê do Rio de Janeiro inicia sua atuação com uma pesquisa sobre as trajetórias de vida de adolescentes assassinados na Capital e as dinâmicas de suas mortes para entender as histórias de vida dessas pessoas e pensar medidas de prevenção da violência letal. Em 2016, 335 meninos e meninas foram assassinados em 2016 na capital fluminense, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde. No ano anterior, foram 278 vidas interrompidas – sendo a maioria meninos do sexo masculino, negros e moradores da periferia.

No ano passado, o relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Renato Roseno, participou de audiência na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para apresentar o trabalho do colegiado cearense, que também já inspirou uma iniciativa em São Paulo.

Articulado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Comitê reúne Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Justiça do Estado; Comissões de Direitos Humanos, da Segurança Pública e da Criança, Adolescente e Idoso da ALERJ; Secretaria Estadual de Segurança Pública, Polícia Civil do Estado, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Instituto de Segurança Pública (ISP); Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos; Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente; Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro e Instituto Pereira Passos; além de atores da sociedade civil, como Centro de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente, Centro de Promoção da Saúde, Instituto de Estudos da Religião, Laboratório de Análise da Violência da UERJ, Luta pela Paz, Movimento Moleque e Observatório de Favelas.

Comitê participa de workshop internacional no RJ

A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) foi apresentado, no dia 17 de julho, em workshop internacional no Rio de Janeiro sobre violência armada organizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), por meio da Plataforma de Centros Urbanos (PCU).

Com o tema “Proteção dos direitos de crianças e adolescentes afetados pela violência armada nos centros urbanos brasileiros”, o evento reuniu especialistas do UNICEF e representantes de diferentes países para avançar na compreensão e na troca de experiências sobre proteção dos direitos de crianças e adolescentes afetados pela violência armada no Brasil.

O trabalho do Comitê foi apresentado pelo relator do CCPHA, Renato Roseno, ao lado de iniciativas da Colômbia e Jamaica. Ele citou as 12 recomendações para prevenir homicídios na adolescência, resultado de pesquisa que mapeou as trajetórias de vida de adolescentes assassinados em sete municípios do Ceará. Em Fortaleza, 94% dos meninos assassinados foram mortos por arma de fogo. Já em Horizonte, esse percentual chega a 100%.

Todas as experiências apresentadas no workshop relacionavam-se a uma perspectiva mais ampla de segurança pública, priorizando a prevenção da violência letal em vez de apenas ações repressivas.

Em seminário internacional, CCPHA debate prevenção de homicídios na juventude

A EQUIPE do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) participou do fórum “Coletivos, movimentos sociais e políticas de segurança pública: como reduzir a letalidade juvenil?”, que integrou a programação do Seminário Internacional sobre Segurança Pública, realizado na Assembleia Legislativa do Ceará de 5 a 8 de junho.

Chefe do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Fortaleza, Rui Aguiar representou o Comitê na atividade. Explicando as recomendações para prevenir homicídios de adolescentes elaboradas pelo colegiado, ele reforçou a importância da busca ativa aos meninos e meninas que estão fora da escola.

Segundo pesquisa desenvolvida pelo Comitê em 2016 que resultou no relatório Cada Vida Importa, 73% dos adolescentes assassinados em Fortaleza haviam abandonado a escola até seis meses antes de morrer.

O debate foi mediado pelo jornalista Ricardo Moura, doutor em Sociologia e pesquisador do Laboratório Conflitualidade e Violência (Covio) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O relator do CCPHA, Renato Roseno, também assistiu à programação.

José Airton Barreto, advogado da área de direitos humanos, apresentou a experiência da comunidade Quatro Varas, projeto de saúde mental que valoriza as terapias comunitárias integrativas. “A gente trabalha o resgate da autoestima”, diz, defendendo a democratização do conhecimento jurídico como garantia de direitos básicos nas periferias urbanas.

A vice-presidente do projeto Quatro Varas, Olga Nascimento, abordou a execução de políticas públicas de infância e juventude nos últimos 30 anos e apontou a negligência do cuidado do poder público a crianças e adolescentes.

Também integrando o debate, a educadora social de rua Flor Fontenele explicou que o Brasil tem uma dívida histórica com a infância e adolescência. Conselheira estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ela defendeu ser necessário acolher os jovens vulneráveis, reconhecendo suas potencialidades, em vez de estigmatizá-los.

Redução de homicídios na Colômbia e a importância da prevenção

Em conferência no Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Jorge Melguizo, ex-secretário de Cultura de Medellín, apresentou as iniciativas que culminaram na impactante redução de homicídios na cidade colombiana nos últimos 20 anos. Ele ressaltou a relevância de um enfoque mais sofisticado de segurança pública. “O contrário da insegurança é a convivência”, diz.

O ex-gestor apontou caminhos que convergem para a mudança de cenários vivenciada por Medellín: trabalho integral e articulado com a participação de todos os atores sociais, projetos urbanos integrados com objetivos comuns, maior ênfase e melhores oportunidades nos territórios com mais exigências e o reconhecimento de que o Estado se faz no bairro. Nesse sentido, a territorialização das ações assume papel central no desenho das políticas públicas.

Para Jorge Melguizo, a gestão pública precisa reconhecer as vulnerabilidades a que estão

submetidas as pessoas inseridas no circuito de violência. “Os bairros não são mais violentos, são mais violentados”, destaca, acrescentando que governar deve ser um exercício permanente de pedagogia. “A gestão pública precisa ser baseada na proximidade territorial e na escuta permanente da população”, aponta.

O ex-secretário de Cultura de Medellín salienta o acolhimento às vítimas de violência como uma ação transversal que precisa ser executada. “Precisamos abraçar as vítimas”, reforça. A primeira recomendação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência é o atendimento às vítimas de violência como meio de evitar a revitimização.

A elaboração de políticas de prevenção de homicídios perpassa a definição e execução orçamentária pública: investir na criação de projetos que gerem oferta de oportunidades, especialmente para os jovens. Melguizo defende a estruturação de programas específicos para toda a população, levando em consideração as condições culturais e soluções práticas como grandes projetos de prevenção à gravidez na adolescência e desenvolvimento de um modelo de urbanismo interligado aos projetos sociais.



No seminário, o CCPHA participou do fórum “Coletivos, movimentos sociais e políticas de segurança pública: como reduzir a letalidade juvenil? Foto: Lorena Alves

Rede Acolhe completa um ano de atendimento às vítimas de violência



A equipe da Rede Acolhe organizou seminário no Bom Jardim para apresentar o balanço do primeiro ano de de atividades. Foto: Arquivo CCPHA

INICIADA EM 2017, a Rede Acolhe completou um ano de trabalho tendo prestado atendimento jurídico e psicológico a dezenas de famílias que sofreram violência letal ou tentativas de homicídio. A iniciativa tem estreita relação com a primeira recomendação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), que trata do apoio e proteção às famílias vítimas de violência.

A Rede Acolhe, da Defensoria Pública, está vinculada ao Núcleo de Assistência ao Preso Provisório e às Vítimas de Violência (Nuapp). O programa garante atendimento jurídico e psicossocial a vítimas de homicídios ou tentativas de homicídio, sendo composto por uma equipe multidisciplinar com sociólogo, psicólogos, assistente social e defensores públicos.

Por meio de parceria com o curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), o programa tem atendido famílias no Grande Bom Jardim. A ideia partiu da identificação de inúmeras demandas de saúde mental decorrentes do homicídio do familiar e da falta de estrutura da rede de saúde mental para oferecer esse suporte. “Também observamos que clínicas escolas que dão esse suporte localizam-se muito distante dos territórios onde estão os maiores índices de homicídio”, ressalta Jéssica Cavalcante, psicóloga da Rede.

Quatro laboratórios aderiram ao projeto: Laboratório de Análise Experimental do Comportamento (LACCE), Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES), Promoção de Saúde, Arte e Garantia de Direitos (PARSAGADA) e o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NUCEPEC).

O trabalho engloba duas linhas de atuação: cuidado com a família e prevenção de homicídios nas escolas. Oito famílias estão incluídas na primeira linha de atendimento, que tem foco na psicoterapia e conta com a atuação de estagiárias da ênfase clínica junto a pessoas que perderam familiares por homicídio. Inicialmente, os atendimentos ocorriam no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), mas foram transferidos para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Bom Jardim.

A segunda linha de atuação centra-se em grupos temáticos de crianças e adolescentes em escolas estaduais e municipais do território do Bom Jardim com o intuito de prevenir homicídios. Aproximadamente 100 adolescentes foram

atingidos diretamente com a intervenção dos grupos temáticos. Atualmente, a Rede Acolhe está tentando ampliar a atuação no campo psicoterápico com o encaminhamento de mais famílias que desejem aderir ao atendimento.

No dia 17 de julho deste ano, a equipe do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência participou do II Seminário sobre Atenção Integral às Vítimas de Violência, promovido pela Rede Acolhe, em referência ao primeiro ano de trabalho do programa da Defensoria Pública. No evento, que ocorreu no Centro Cultural Bom Jardim, foi apresentado um balanço dos atendimentos já realizados pela equipe jurídica e psicossocial do programa.

e acordo com o coordenador da Rede Acolhe, Thiago de Holanda, quase 50% tiveram pelo menos outro parente ou amigo próximo assassinado antes ou depois do fato e 35% disseram sofrer ainda ameaças, ocasionando evasão escolar das crianças e jovens em 20,7% dos casos e mudanças de endereço de 22,8% das famílias. “A gente precisa prevenir antes que outras mortes aconteçam”, reforçou o sociólogo, que também integra o CCPHA.

A psicóloga Jéssica Cavalcante defendeu ser preciso superar o discurso que criminaliza as vítimas de violência, acrescentando que, em geral, elas já vivenciaram um processo de aprofundamento de vulnerabilidades. “As pessoas que procuram a Rede Acolhe já estão vulneráveis a outros aspectos. A violência não é um problema apenas da segurança pública, mas da saúde, educação, assistência”, destacou.

A defensora pública que integra a Rede Acolhe, Gina Moura, salientou a importância de garantir a independência institucional da Defensoria Pública. “O nosso trabalho é para promover a justiça social”, disse.

Investigação de homicídios será prioridade no Ceará

EM OFÍCIO CIRCULAR protocolado no fim de julho, o diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) do Ceará, Leonardo Couto, orientou os delegados titulares do DHPP a priorizar investigações dos homicídios de crianças e adolescentes. A iniciativa dialoga com a 12ª recomendação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), que trata da responsabilização dos homicídios.

De acordo com levantamento do CCPHA feito em 2016 na pesquisa que mapeou as trajetórias dos adolescentes mortos no Ceará, só houve responsabilização em 2,8% dos 1.524 processos de homicídios de adolescentes protocolados em cinco anos na Comarca de Fortaleza, evidenciando a sensação de injustiça vivida por quem teve familiares e amigos assassinados.

O delegado Leonardo Couto explica que cerca de 20% dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) registrados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) no primeiro semestre de 2018 são contra crianças e adolescentes. “Essa priorização das investigações com foco em crianças e adolescentes e a proteção absoluta dos direitos atendem ao comando constitucional e diminuem o senso de impunidade ao protegermos o público mais vulnerável”, detalha.

No ofício, o delegado cita o artigo 227 da Constituição Federal, que garante prioridade absoluta aos direitos de crianças e adolescentes. O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) é integrado por 12 delegacias.

Segundo o diretor do DHPP, está sendo criada uma célula pedagógica de prevenção à ocorrência de crimes de homicídios. “Considerando que os jovens nessa faixa etária são o público mais vulnerável por diversos fatores, é importante apostarmos na prevenção primária, secundária e terciária”, diz. “Os dados estatísticos mostram que pessoas dos círculos sociais (de adolescentes assassinados) podem morrer. Isso nos aponta direções de vulnerabilidades que podem ser observadas”, acrescenta Couto.

Para o coordenador da equipe técnica do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Thiago de Holanda, a iniciativa do DHPP é relevante no campo da prevenção de homicídios de crianças e adolescentes. “O Comitê vai acompanhar a medida para verificar se ela resulta efetivamente na elucidação desses crimes”, destaca.

Na 12ª recomendação de prevenção de homicídios de adolescentes, o CCPHA recomenda que a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) dê “prioridade à investigação de maneira qualificada dos homicídios contra crianças e adolescentes”. Também são indicadas medidas a serem implementadas pela Perícia Forense do Estado (Pefoce) e Governo de Estado relativas à elucidação desses crimes.

A regulamentação das ZEIS foi incluída na revisão do Plano Diretor de Fortaleza em 2009. Desde então, movimentos sociais lutam para que essas zonas sejam identificadas e regulamentadas como meio de reduzir o desequilíbrio das moradias urbanas. “A ZEIS é um instrumento historicamente aliado à luta e resistência e tem nos garantido a permanência nos nossos territórios, alvos da especulação imobiliária e projetos que visam remover nosso povo. Lutar pela sua regulamentação é papel de todos que desejam uma cidade melhor, democrática e inclusiva”, destaca Adriana Gerônimo, moradora do Lagamar e integrante do conselho gestor da ZEIS Lagamar.

Nos últimos meses, a Prefeitura de Fortaleza, por meio do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), retomou as discussões sobre as ZEIS. A expectativa é de que 10 delas sejam regulamentadas de forma prioritária: Dionísio Torres/Vila Vicentina, Pici, Lagamar, Serviluz, Praia do Futuro, Bom Jardim, Pirambu, Poço da Draga, Moura Brasil e Mucuripe.

A arquiteta e urbanista Jéssica Chaves, integrante da ONG Taramela, tem acompanhado essa mobilização pela regulamentação das ZEIS e explica que “a luta foi muito intensa e desgastante, principalmente para os movimentos sociais”, uma vez que essa espera já dura quase 10 anos. “Esse processo está caminhando para um saldo positivo, mas a gente espera que esses espaços respeitem o protagonismo dos moradores”, reforça, acrescentando que todas as ações que reduzam a segregação socioespacial são bem-vindas e necessárias.

Para Rebeca Gaspar, vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU), o poder público precisa adotar medidas eficientes para minorar o déficit habitacional vivenciado por Fortaleza e outros centros urbanos. “Essa questão tem que ser encarada pelo poder público de maneira séria, porque a gente tem instrumentos da legislação urbana para enfrentar esse déficit”, ressalta.

A arquiteta cita a Lei 11.888, de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. “Toda a melhoria da qualidade de vida e infraestrutura da habitação já é um direito. Mesmo aprovada (a lei) em 2008, as prefeituras ainda não cumprem. Esse é um instrumento para atacar a precarização da habitação”, avalia.

Rebeca Gaspar salienta que a política de habitação não se encerra com oferta de moradias. “Dar só a casa de maneira isolada de uma infraestrutura urbana, de esgotamento sanitário, de proximidade com equipamentos sociais, como creches, hospitais... isso não é resolver o déficit habitacional”, pondera. “A habitação tem que estar integrada a outros serviços da cidade, as pessoas precisam ter o direito à cidade efetivamente”, pontua.

Referências Bibliográficas

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of public economics*, v. 95, n. 7, p. 476-487, 2011.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. Acute multidimensional poverty: A new index for developing countries. Berlin: Proceedings of the German Development Economics Conference, 2011.

BARROS, J. P. P.; ACIOLY, L. F.; RIBEIRO, J. A. D.. Re-tratos da juventude na cidade de Fortaleza: direitos humanos e intervenções micropolíticas. *Revista de Psicologia da UFC*, v. 7, n.1, 2016.

BARROS, J. P. P. et.al. Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: implicações ético-políticas da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.37, n. 4, 2017.

BARROS, J. P. P. et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em fortaleza. *Revista de Psicologia*, v. 9, n. 1, 2018.

CERQUEIRA, D; FERREIRA, H.; LIMA, R.; BUENO, S.; HANASHIRO, O.; BATISTA, F.; NICOLATO, P. Atlas da violência 2018. Nota técnica. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CERQUEIRA, D. R. C.; COELHO, D. S. C. Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade. Nota Técnica nº 15. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

GALLEGO-DUQUE, Liliana. La interacción entre las desigualdades y la educación. *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional*, v.26, n.10, p. 70-92, 2017.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n.1, p. 76-83, 2016.

PASSOS, E. E.; SOUZA, T. P. Redução de Danos e Saúde Pública: Construções alternativas à política global de guerra às drogas. *Psicologia & Sociedade*. v.23, n.1, p. 154-162, 2011.

SALES, M. A. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

QIZILBASH, Mozaffar; CLARK, David A. The capability approach and fuzzy poverty measures: an application to the South African context. *Social Indicators Research*, v. 74, n. 1, p. 103-139, 2005.

WASELFISZ, J. J. Violência letal contra as crianças e adolescentes do Brasil. Brasília: Flacso, 2015.

O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência trabalha para que todas as 127.814 crianças* nascidas no ano de 2017 no Estado do Ceará tenham uma vida digna, com garantia de todos os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

*Dados da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará

Foto: Marcos Moura



Assembleia Legislativa do Ceará

Mesa Diretora:

Presidente

Zezinho Albuquerque

1º Vice-presidente

Tin Gomes

2º Vice-presidente

Manoel Duca

1º secretário

Audic Mota

2º secretário

João Jaime

3º secretário

Augusta Brito

4º secretário

Robério Monteiro

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Grupo gestor:

Assembleia Legislativa do Ceará

Renato Roseno (deputado estadual)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Rui Rodrigues Aguiar

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA)

Iranir Loiola

Pacto por um Ceará Pacífico

Carla da Escóssia e Domenico Abbate

Fórum Permanente de ONGs de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA Ceará)

David Araújo

Coordenação da equipe técnica

Thiago de Holanda

Equipe técnica

Benjamim Lucas, Daniele Negreiros, Jamieson Simões, Joaquim Araújo e Lorena Alves

Relatório de atividades Cada Vida Importa - 1º semestre/2018

Texto e edição

Lorena Alves

Apoio à produção de texto

Benjamim Lucas, Daniele Negreiros, David Araújo, Joaquim Araújo e Thiago de Holanda

Foto de capa

Davi Pinheiro

Levantamento e sistematização dos dados

Benjamim Lucas

Projeto gráfico e diagramação

Miligrama Design

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Assembleia Legislativa do Ceará, Anexo II, Edifício Dep. José Euclides Ferreira Gomes

Rua Barbosa de Freitas, 2674 (4º andar) – Dionísio Torres, Fortaleza/CE

Contatos: (85) 3277.2789 / 3277.2749 / comite.ccpa@al.ce.gov.br

cadavidaimporta.com.br

realização:



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

apoio:

